



**FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE**

Associação para o Desenvolvimento Empresarial

RELATÓRIO E CONTAS 2019

www.forumcompetitividade.org



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

RELATÓRIO DE 2019

De acordo com os princípios legais e estatutários, vem o Conselho Directivo (CD) do Forum para a Competitividade (FpC) apresentar aos Associados o Relatório e as Contas relativos ao exercício de 2019.

A. A nível associativo, o exercício de 2019 registou apenas uma **Assembleia Geral** (para aprovação das contas de 2018) em 14/05. Tiveram, ainda, lugar duas reuniões do Conselho Directivo em 30 de Abril e 26 de Setembro, tendo sido esta última alargada ao Conselho Consultivo.

B. A nível das actividades, sobressai, no ano de 2019, o lançamento do projecto **“Exportadoras Outstanding”**, incluindo:

- Concepção de material gráfico e realização de um filme promocional do projecto;
- Construção de um site;
- Abertura de uma página do projecto no LinkedIn e sua actualização;
- Estudo dos critérios e selecção de empresas “exportadoras outstanding”;
- Convites a parceiros, patrocinadores e empresas participantes Exportadoras Outstanding
- Contactos pessoais, *in loco*, com 50 empresas que mostraram interesse em conhecer o projecto;
- Realização de 4 workshops temáticos em Porto, Leiria, Vila Nova de Famalicão e Lisboa (ver Anexos 3, 4, 6 e 7)

O trabalho desenvolvido teve custos em fornecimentos e serviços externos, incluindo pessoal especializado, trabalho gráfico, publicidade, deslocações, etc., no valor de €32.200. Em contrapartida, o projecto recebeu de parceiros, patrocinadores e empresas participantes €63.300.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

A nível da actividade sublinha-se, igualmente, as do **Gabinete de Estudos** que, desde 2016, tem vindo a desenvolver o seu apoio ao Conselho Directivo e a fazer intervenções na comunicação social (Anexo 1). Além disso, foram publicadas 12 **Notas de Conjuntura** (uma iniciativa mensal do Gabinete de Estudos do Forum, com distribuição electrónica), e 4 publicações das "**Perspectivas Empresariais**" – um trabalho trimestral especificamente pensado para responder às necessidades de informação dos empresários e gestores, também coordenado pelo Gabinete de Estudos e distribuído por via electrónica. Ambas as publicações foram objecto da atenção da comunicação social quer escrita quer digital.

O **Site do FpC** foi mantido e constantemente actualizado, incluindo as notícias de referência (linkadas para os documentos originais), artigos de opinião que merecem especial atenção na temática da competitividade e, ainda, estudos/*papers* versando matérias relacionadas (fiscalidade, legislação laboral, concorrência, justiça económica, etc.). O acesso faz-se através do endereço www.forumcompetitividade.org.

O FpC passou a dispor, em 2019, de uma página no **LinkedIn** dedicada ao projecto "Exportadoras Outstanding", com publicações e comentários sobre assuntos da actualidade económica com interesse para a actividade exportadora. O acesso faz-se em <https://www.linkedin.com/company/exportadoras-outstanding/?viewAsMember=true>. Além do site oficial, o Forum mantém actualizada a sua página no **Facebook**, com acesso em www.facebook.com/ForumParaACompetitividade.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

1. Seguidamente, detalhamos, cronologicamente, os principais pontos da

atividade do Forum em 2019:

- Em 12 de Março, o Conselho Directivo do Forum foi recebido em audiência pelo Senhor Ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, com quem debateu as propostas que o Forum apresentou para o OE 2019, designadamente ao nível de alteração do imposto de selo sobre as operações relacionadas com o financiamento das exportações nacionais.
- Em 13 de Março, teve lugar o seminário "O crescimento da economia portuguesa – o deve e haver do Projecto Porter", que teve no encerramento a participação do Senhor Presidente da República. Neste seminário foi apresentado o trabalho de referência "Sovereign debt and the new challenges for competitiveness", da autoria dos Professores Vítor da Conceição Gonçalves, Joaquim Miranda Sarmento e Ricardo Rodrigues (Anexo 2).
- Em 30 de Abril, o FpC organizou um almoço com Paulo Sande, a propósito das eleições europeias.
- Em 8 de Maio, o FpC organizou o workshop "Novas formas de cooperação para a Internacionalização", na Porto Business School, no âmbito do projecto "Exportadoras Outstanding" e que contou com a participação, no encerramento, do Secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias (Anexo 3).
- Em 3 de Julho, o FpC organizou o workshop "As eleições europeias. As políticas públicas de crescimento, desenvolvimento e inovação empresarial", em Leiria, no âmbito do projecto "Exportadoras Outstanding" e que contou com a participação de Pedro Passos Coelho, como Keynote Speaker (Anexo 4).



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

- Em 10 de Setembro, o Forum organizou um almoço de trabalho com a comunicação social para tratar dos seguintes temas: enquadramento externo na UE; a conjuntura económica nacional e internacional.
- Em 26 de Setembro, o Forum organizou um almoço com João Cotrim Figueiredo, a propósito das eleições legislativas.
- Em 8 de Outubro, e em representação do Presidente, o Director Geral do Forum participou no debate organizado pela AmCham – Câmara de Comércio Americana em Portugal, “2020 – Perspectivas económicas e com impacto para as empresas e investidores”.
- Em 5 de Novembro teve lugar, na AESE Business School, o seminário “O Orçamento do Estado 2020 – Enquadramento político e económico” (Anexo 5).
- Em 20 de Novembro, o Forum organizou, no âmbito do projecto “Exportadoras Outstanding”, o workshop “A gestão das pessoas na empresa: do recrutamento à retenção”, em Vila Nova de Famalicão (Anexo 6).
- Em 28 de Novembro, o Director do Gabinete de Estudos do Forum participou na 3ª Conferência Internacional “Business on the way”, da AEP, em Leça da Palmeira.
- Em 4 de Dezembro, o Director do Gabinete de Estudos do Forum participou no XXI Forum da Indústria Têxtil, organizado pela ATP, em Vila Nova de Famalicão.
- Em 18 de Dezembro, o Forum organizou, no âmbito do projecto “Exportadoras Outstanding”, o workshop “A proposta de Orçamento do Estado 2020 – principais alterações fiscais; consequências económicas”, em parceria com a PwC (Anexo 7).



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

2. Durante o ano de 2019 o Presidente do Forum publicou diversos textos de opinião:

- 4 de Janeiro, declarações ao Jornal de Negócios sobre a semana de trabalho de 35 horas (Anexo 8)
- 8 de Março, entrevista ao Jornal I (Anexo 9)
- 2 de Julho, entrevista ao Jornal de Negócios sobre o projecto "Exportadoras Outstanding" (Anexo 10)
- 1 de Novembro, texto de opinião no semanário Expresso, sobre "A economia aguenta um salário mínimo de 750 euros?" (Anexo 11)
- 18 de Novembro, artigo de opinião no Jornal de Negócios sobre o OE 2020 (Anexo 12)

3. Em 2019 registou-se a **adesão da CTP – Confederação do Turismo de Portugal** ao Forum, como Associado (recordamos que a CIP e a CAP já são Associadas). Por outro lado, **saíram** de Associados: Fidelidade, Liberty Seguros, Kyaia, Embraer, MSC e António Carvalho Fernandes, tendo anunciado a intenção de sair, em 2020: Pathena e Carlos Monjarino. Um balanço dos últimos 7 anos (2013/2019) (Anexo 13) revela que saíram 37 Associados e entraram 60.

4. Um enorme **agradecimento** é devido às empresas e instituições que apoiaram as iniciativas e publicações do Forum com os seus patrocínios (por ordem alfabética):

- AESE, Allianz, APDL, Apifarma, Associação Portuguesa de Bancos, BBVA, Bondalti, Brisa, Caetano Bus, Caixa Geral de Depósitos, COSEC, CTT Expresso, Ecco'Let Portugal, Efapel, Endutex, FLAD, Hovione, Jerónimo Martins, Lojas Francas de Portugal,



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

Lusomedicamenta, Nutrinveste, Ordem dos Engenheiros, Paulo de Oliveira, S.A., PLMJ, Porto Business School, PwC, Respol, Schmidt Light Metal, Securitas, SETH, Silicália, Sinuta, Sogepoc, Sonafi, Super Bock Group, The Navigator Company, Tabaqueira, Transportes Pascoal e Vieira de Castro.

5. As **contas** do Exercício de 2019 evidenciam um forte crescimento das receitas, em consequência, sobretudo, das contribuições de parceiros, patrocinadores e empresas participantes no novo projecto "Exportadoras Outstanding".
- A nível do **balanço** registou-se um aumento significativo do total do activo, de 24.174,31€ para 50.877,82€ (+26.703,51€), acompanhado de um acréscimo do passivo, de 122.048,97€ para 138.558,58€ (+16.509,61€).
 - Os **fornecimentos e serviços externos** tiveram um acréscimo de €33.633, consubstanciando os custos com outsourcings imputáveis ao projecto "Exportadoras Outstanding". Os **gastos com pessoal** estabilizaram em €115.836 (€115.209 em 2018).
 - Os rendimentos das **quotizações e jóias** de 2019 foram de €103.608, um decréscimo face a 2018 (€113.528). Por outro lado, o valor de quotas e jóias de **novos Associados** passou de €9.586 em 2018, para €625 em 2019.
 - As **imparidades** de valores a receber foram de €42,00 em 2019. Os gastos/reversões de depreciação e de amortização foram de €1.653.
 - A rubrica de "**outros rendimentos e ganhos**" totalizou €5.053 contra €908 em 2018.



- As receitas com os **patrocínios da Nota de Conjuntura** foram de €14.325 (€17.376 em 2018).
- As receitas com os **patrocínios das Perspectivas Empresariais** – publicação trimestral do FpC – foram de 8.000€.
- As receitas com **contribuições de parceiros, patrocinadores e empresas participantes** do projecto “**Exportadoras Outstanding**” totalizaram €63.300.
- Os rendimentos de **patrocínios e inscrições em eventos** organizados pelo Forum foram de €31.398, um aumento face a 2018 (€25.600).
- Nestes termos, o **total de rendimentos e ganhos** foi de €225.727 e apresenta a seguinte evolução nos últimos quatro anos:
 - 2019: €225.727
 - 2018: €189.150
 - 2017: €211.116 (inclui quotização extraordinária de €45.610)
 - 2016: €156.406
- O **resultado líquido do exercício** foi positivo em €10.193,90 (€5.636 em 2018)
- O **cashflow** do exercício foi positivo em €11.804.

6. **Proposta de aplicação de resultados:**

O Conselho Directivo propõe que o resultado líquido do exercício de 2019, no valor de €10.193,90, transite em saldo para o próximo exercício.



Refira-se que, à data de 31/12/2019, não existem dívidas vencidas do Forum ao Estado ou à Segurança Social.

Aditamento (sobre plano de contingência Covid-19)

As medidas de combate à pandemia obrigam a introduzir mudanças no programa de actividades do Forum para 2020. Assim:

- A. O Projecto Exportadoras Outstanding (que já tem cobradas 42% das receitas orçamentadas) será recalendarizado para o período de 01/07/2020 a 30/06/2021; os 2 workshops previstos poderão ser em formato Webinar ou presencial com restrição de presenças.
- B. É indispensável realizar dois Seminários no 2º Semestre; o habitual sobre o OE 2021 e outro sobre um tema de referência. Poderão ter o formato Webinar ou, de preferência, presencial com restrição de presenças.
- C. Reforço da captação de patrocínios para as publicações "Perspectivas Empresariais" e "Nota de Conjuntura", com aumento de 5.000€ em cada uma (25%), por forma a contribuir para compensar uma eventual quebra de valor dos patrocínios em eventos, como os referidos em A e B.
- D. Lançamento de uma nova publicação trimestral digital, "**Nearshoring em Portugal**", que incluirá informação e intelligence sobre oportunidades de investimento em Portugal a partir da análise do risco das cadeias de valor internacionais e consequente regresso à Europa de elementos dessas cadeias. Serão parceiros desta publicação (a convidar): instituições oficiais, fundações, câmaras de comércio, bancos, companhias de seguros e grandes empresas nacionais e internacionais. Será uma publicação patrocinada, a exemplo das outras duas publicações do Forum ("Nota de Conjuntura" e "Perspectivas



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

Empresariais”), cujas receitas contribuirão para compensar eventuais quebras de valor de patrocínios em eventos.

A execução do orçamento de 2020, até à data, em matéria de receitas, traduz-se na realização de 82% da quotização emitida e de 58,5% das receitas totais orçamentadas.

Lisboa, 12 de Maio de 2020

O CONSELHO DIRECTIVO

Pedro Ferraz da Costa
(Presidente)

António Nogueira Leite
(Vice Presidente)

Jaime Esteves
(Vice Presidente)

Nuno Fernandes Thomaz
(Vice Presidente)

Rui Borges
(Vice Presidente)



**FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE**

Alexandre Patrício Gouveia
(Vogal)

António Saraiva
(Vogal)

António Serrano
(Vogal)

Carlos Rodrigues
(Vogal)

Eduardo Oliveira e Sousa
(Vogal)

Isabel Furtado
(Vogal)

João Castello Branco
(Vogal)

João Miranda
(Vogal)

João Moreira Rato
(Vogal)



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Luís Pais Antunes
(Vogal)

Luís Todo Bom
(Vogal)

Maria Celeste Hagatong
(Vogal)

Maria do Carmo Vieira da Fonseca
(Vogal)

Vasco de Mello
(Vogal)

Entidade: Forum para a Competitividade (Associação)

Balço Individual em 31 de Dezembro de 2019

Unidade Mon. (Euro)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2019	31-12-2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	2.065,76	3.718,36
Activos intangíveis	8	330,57	330,57
Outros créditos e ativos não correntes		659,59	481,99
		3.055,92	4.530,92
Activo corrente			
Creditos a receber	11	2.220,79	125,81
Patrocinadores/associados	11	31.851,10	11.543,60
Diferimentos		1.635,27	1.679,58
Outros ativos correntes	11	3.009,39	981,14
Caixa e depósitos bancários	4	9.105,35	5.313,26
		47.821,90	19.643,39
Total do activo		50.877,82	24.174,31
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	1	-97.874,66	-103.510,84
Resultado líquido do período		10.193,90	5.636,18
Total dos Fundos Patrimoniais		-87.680,76	-97.874,66
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos Obtidos	6	734,80	2.774,90
Outras dívidas a pagar	11	39.918,00	46.168,00
		40.652,80	48.942,90
Passivo corrente			
Fornecedores	11	30.018,39	26.274,59
Estado e outros entes públicos	15	16.020,95	8.007,98
Financiamentos Obtidos	6	7.040,10	9.902,55
Diferimentos		22.250,00	75,00
Outros passivos correntes	11	22.576,34	28.845,95
		97.905,78	73.106,07
Total do passivo		138.558,58	122.048,97
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		50.877,82	24.174,31

Executado por Nucase-Contabilidade e Assistência Fiscal, SA em
06-05-2020 11:25

Gerência/Administração

Contabilista Certificado



Entidade: Forum para a Competitividade (Associação)**Demonstração Individual dos resultados por naturezas**

Período Findo em 31 de Dezembro de 2019

Unidade Mon. (Euro)

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	10	220.631,36	170.404,22
Subsídios, doações e legados a exploração	10	0,00	17.300,00
Fornecimentos e serviços externos	12.1	-97.807,16	-64.174,19
Gastos com o pessoal	12.2	-115.836,42	-115.208,75
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		42,00	538,00
Outros rendimentos	10	5.053,33	907,96
Outros gastos		0,00	-2.063,19
Resultados antes de depreciações, gastos financiamento e impostos		12.083,11	7.704,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-1.652,60	-1.652,60
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10.430,51	6.051,45
Juros e gastos similares suportados		-236,61	-415,27
Resultado antes dos impostos		10.193,90	5.636,18
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		10.193,90	5.636,18

Gerência/Administração

Contabilista Certificado



Forum para a Competitividade- Associação**MÉTODO DIRECTO**

Demonstração de Fluxos de caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2018

Rubricas	Notas		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - metodo directo				
Recebimentos de clientes e utentes		+	244.646,91	209.774,36
Pagamentos a fornecedores		-	(100.377,23)	(69.278,11)
Pagamentos ao pessoal		-	(118.467,53)	(121.582,31)
Caixa gerada pelas operações		+/-	25.802,15	18.913,94
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	(16.777,34)	(12.391,21)
Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)		+/-	9.024,81	6.522,73
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de: Juros e rendimentos similares		+	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		+/-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de: Financiamentos obtidos			0,00	2.000,00
Pagamentos referentes a: Financiamentos obtidos Juros e gastos similares		-	(5.232,72)	(3.544,64)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		+/-	(5.232,72)	(1.544,64)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		+/-	3.792,09	4.978,09
Efeito das diferenças de câmbio		+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período			5.313,26	335,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período			9.105,35	5.313,26

O Contabilista Certificado

A Administração



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

Associação Para o Desenvolvimento Empresarial

Praça das Industrias- Edif. AIP

1300.307 LISBOA

Nº. Cont. : 503 268 100

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO DE 2019

INTRODUÇÃO

A associação Forum para a Competitividade, constituída em 1994, tem como objeto social a promoção e desenvolvimento da competitividade empresarial.

1- Identificação da entidade:

1.1-Designação: Forum Para a Competitividade- Associação para o Desenvolvimento Empresarial

1.2- Sede: praça das Industrias, Edifício Rosa – 1º 1300-307 Lisboa

1.3-Natureza da atividade: Associação sem fins lucrativos, para o desenvolvimento empresarial.

1.4-O FORUM é uma associação criada sem Fundos, pelo que os seus Fundos Proprios resultam apenas dos resultados gerados em cada exercício desde a sua constituição.

A data de 31 de dezembro o valor dos Fundos é de 87.680,76 negativos

2- Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1- Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho (alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho), em particular com os modelos de Demonstrações Financeiras e código de contas aplicáveis a Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) e com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL). Para as ESNL, o Sistema de Normalização Contabilística é composto pelos seguintes instrumentos:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;

- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3- Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada.

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Associação avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

Os ganhos ou perdas decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos ” ou “Outros gastos e perdas”.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente despesas com o registo da marca com vida útil indefinida, pelo que não são objeto de amortização.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill

A Associação efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Associação procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de "Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros e instrumento de capital da Associação são basicamente os Associados e outras contas a receber, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/ quotas da empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Associados e outras contas a receber

Os saldos de associados constituem as contas a receber pelas respetivas quotizações. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de serviços pela Associação no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização. O método de valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Sempre que se verifica que a antiguidade dos inventários é significativa, procede-se à redução da quantia registada, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente: (i) a Associação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de “Juros e gastos similares suportados”.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Associação procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

Rédito

O rédito relativo a quotizações, vendas e prestações de serviços, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Associação, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de "Devedores por acréscimos de rendimentos" ou de "Credores por acréscimos de gastos" relevados nas rubricas de balanço de "Outras contas a receber" e "Outras contas a pagar", respetivamente. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registadas por contrapartida das rubricas de "Diferimentos" do passivo e do ativo, respetivamente.

Julgamentos e estimativas

06

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF- ESNL foram utilizados julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

Imparidade de Associados e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Associação faz da probabilidade de recuperação dos saldos de associados ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do associado e outros devedores e da deterioração da situação creditícia dos principais associados e outros devedores. Caso as condições financeiras dos associados se deteriore, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

Provisões

A Associação exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido. As provisões são constituídas quando a Associação espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

Enquadramento fiscal

A Associação está enquadrada no regime normal trimestral de IVA com afetação real de todos os bens e serviços.

Em termos de IRC está enquadrada no regime geral de IRC sendo que a Associação obtém rendimentos não sujeitos como quotas e joias e rendimentos sujeitos que é a restante atividade da Associação.

Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da associação e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos") são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4-Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 têm a seguinte composição:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	2019			2018		
	Quantias disponíveis	Quantias indisponíveis	Totais	Quantias disponíveis	Quantias indisponíveis	Totais
Caixa	380,87		380,87	173,93		173,93
Depósitos bancários	8.724,48		8.724,48	5.139,33		5.139,33
Outros equivalentes de caixa	0,00		0,00	0,00		0,00
Totais	9.105,35	0,00	9.105,35	5.313,26	0,00	5.313,26

5-Alteração de políticas contabilísticas, erros e estimativas

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anterior, apresentada para efeitos comparativos. Adicionalmente, não foram reconhecidos erros materiais relativos a estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras de períodos anteriores.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e

06

transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

6 Financiamentos obtidos

No exercício de 2017 foram contraídos empréstimos sem juros, de membros do Conselho Diretivo, no valor de 10.000€, que concordaram ser reembolsados em 2018 e que permitiram salvaguardar o pagamento atempado de obrigações com o Estado e com o pessoal, até à cobrança da quotização extraordinária, referida na introdução a este Relatório. Tal não se verificou.

Em 31/12/2019 existem ainda em dívida valores referentes ao contrato de Locação Financeira nº 400112211

Empréstimos obtidos		2019	2018
Até 12 meses	Locação Financeira	774,80	2.774,90
	Associados	0,00	
	Subtotais	774,80	2.774,90
Mais de 12 meses	Locação Financeira	2.040,10	1.902,55
	Associados	5.000,00	8.000,00
	Subtotais	7.040,10	9.902,55
Totais		7.814,90	12.677,45

7-Ativos fixos tangíveis

Vidas uteis e métodos de depreciação

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo
Vidas úteis		4	
Taxas de depreciação		25,00%	
Métodos de depreciação		Linha reta	

06

Movimentos ocorridos nos exercícios de 2019 e 2018

<i>Ativos fixos tangíveis</i>	Equipame nto básico	Equipamen to Transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2018					
Custo de aquisição	1.649,55	8.000,00	37.419,94	148,76	47.218,25
Imparidade acumulada					0,00
Depreciações acumuladas	-1.649,55	-5.600,00	-32.048,98	-148,76	-39.447,29
Valor líquido	0,00	2.400,00	5.370,96	0,00	7.770,96
31 de Dezembro de 2018					
Adições					0,00
Alienações		-8.000,00			-8.000,00
Transferências e abates					0,00
....					0,00
Depreciações		5.600,00	-1.652,60		3.947,40
Perdas por imparidade					
Valor líquido	0,00	-2.400,00	-1.652,60	0,00	-4.052,60
31 de Dezembro de 2018					
Custo de aquisição	1.649,55		37.419,94	148,76	39.218,25
Imparidade acumulada	0,00		0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas	-1.649,55		-33.701,58	-148,76	-35.499,89
Valor líquido	0,00	0,00	3.718,36	0,00	3.718,36

<i>Ativos fixos tangíveis</i>	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2019					
Custo de aquisição	1.649,55		37.419,94	148,76	39.218,25
Imparidade acumulada					
Depreciações acumuladas	-1.649,55		-33.701,58	-148,76	-35.499,89
Valor líquido	0,00	0,00	3.718,36	0,00	3.718,36
31 de Dezembro de 2019					
Adições					0,00
Alienações					0,00
Depreciações			-1.652,60		-1.652,60
Perdas por imparidade					
Valor líquido	0,00	0,00	-1.652,60	0,00	-1.652,60
31 de Dezembro de 2019					
Custo de aquisição	1.649,55	0,00	37.419,94	148,76	39.218,25
Imparidade acumulada	0,00		0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas	-1.649,55	0,00	-35.354,18	-148,76	-37.152,49
Valor líquido	0,00	0,00	2.065,76	0,00	2.065,76

8-Ativos Intangíveis - Movimentos ocorridos nos exercícios 2019 e 2018

Ativos intangíveis	Outros ativos intangíveis	Total
A 1 de Janeiro de 2018		
Custo de aquisição	330,57	330,57
Imparidade acumulada		
Amortizações acumuladas		
Valor líquido	330,57	330,57
31 de Dezembro de 2018		
Custo de aquisição	330,57	330,57
Imparidade acumulada		
Amortizações acumuladas		
Valor líquido	330,57	330,57

Ativos intangíveis	Outros ativos intangíveis	Total
A 1 de Janeiro de 2019		
Custo de aquisição	330,57	330,57
Imparidade acumulada		
Amortizações acumuladas		
Valor líquido	330,57	330,57
31 de Dezembro de 2019		
Custo de aquisição	330,57	330,57
Imparidade acumulada		
Amortizações acumuladas		
Valor líquido	330,57	330,57

9-Inventários

Inventários	2019	2018
Mercadorias	2.450,99	2.450,99
Perdas por imparidade acumuladas	2.450,99	2.450,99
Subtotal	-	-

10-Rédito

Quantias dos réditos reconhecidos no período

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Quotas e joias	103.608,00	45,91%	(8,74%)	113.528,00	60,19%
Patrocínios	101.300,00	44,89%	158,75%	39.150,00	20,76%
Outros (inscrições e nota conjuntura)	15.723,36	6,97%	(11,30%)	17.726,22	9,40%
Totais	220.631,36			170.404,22	
Subsidios Exploração	0,00	0,00%	(100,00%)	17.300,00	9,17%
Totais	0,00			17.300,00	
Outros rendimentos e ganhos	5.053,33	2,24%	456,56%	907,96	0,48%
Totais	225.684,69	100,00%	19,66%	188.612,18	100,00%

11-Ativos e passivos financeiros

			2019			2018		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros ao custo menor	Corrente	Associados	92.030,62	60.179,52	31.851,10	71.765,12	60.221,52	11.543,60
		Creditos a receber	2.220,79		2.220,79	125,81		125,81
		Outros ativos correntes	3.009,39		3.009,39	981,14		981,14
		Totais	97.260,80	60.179,52	37.081,28	72.872,07	60.221,52	12.650,55
Passivos financeiros mensurados ao custo	Corrente	Fornecedores	30.018,39		30.018,39	26.274,59		26.274,59
		Subtotais	30.018,39		30.018,39	26.274,59		26.274,59
		Pessoal e Penhoras	3.307,69		3.307,69	3.301,69		3.301,69
		Acréscimo de gastos	150,00		150,00	4.184,05		4.184,05
		Previsão férias e Sub. Férias	17.549,28		17.549,28	16.326,72		16.326,72
		Outros	1.569,37		1.569,37	5.033,49		5.033,49
		Subtotais	22.576,34		22.576,34	28.845,95		28.845,95
	Não Corrente	Outras dívidas a pagar	39.918,00		39.918,00	46.168,00		46.168,00
		Subtotais	39.918,00		39.918,00	46.168,00		46.168,00
Totais		92.512,73	0,00	92.512,73	101.288,54	0,00	101.288,54	

Informação relativa a ativos e passivos financeiros

Na rubrica "Outras dívidas a pagar" o valor de 39.918€ é referente a dívida à AIP-CCI. Este valor é um Passivo não corrente porque o prazo de pagamento é superior a um ano, ao abrigo do "Acordo de Regularização de Dívidas" celebrado entre as duas entidades

12-Decomposição dos principais gastos registrados no exercício

12.1 – Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos		2019	2018
Subcontratos			
Serviços especializados	Trabalhos especializados	21.943,57	13.309,81
	Publicidade e propaganda	6.913,68	1.619,56
	Honorários	12.758,80	4.584,50
	Conservação e reparação	24,00	571,13
	Outros- Seminários, Conferências, Almoços	7.283,60	7.882,44
	Sub-total	48.923,65	27.967,44
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	14,69	91,94
	Livros documentação técnica	0,00	59,58
	Material de escritório	2.956,58	2.463,75
	Artigos para oferta	0,00	16,20
	Sub-total	2.971,27	2.631,47
Energia e Fluidos	Eletricidade	53,14	156,09
	Combustíveis	2.469,83	1.509,32
	Sub-total	2.522,97	1.665,41
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	3.908,26	1.321,17
	Sub-total	3.908,26	1.321,17
Serviços diversos	Rendas e alugueres	23.508,61	19.096,23
	Comunicação	4.461,54	3.149,48
	Seguros	646,33	821,67
	Contencioso e notariado	0,00	249,09
	Despesas de representação	7.248,71	4.311,38
	Limpeza, higiene e conforto	1.439,31	1.293,94
	Outros serviços	2.176,51	1.666,91
	Sub-Total	39.481,01	30.588,70
Totais		97.807,16	64.174,19

06

12.2- Gastos com pessoal

Gastos com pessoal	2019		2018	
	Gastos	Nº trabalhadores gerais	Gastos	Nº trabalhadores gerais
Remunerações Pessoal	96.298,40	3,00	95.513,88	3,00
Encargos sobre remunerações	18.733,32		18.546,32	
Seguros de acidentes trabalho	804,70		1.148,55	
Totais	115.836,42	3,00	115.208,75	3,00

13-Divulgações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que em 31 de Dezembro a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do DL 534/80, de 7/11.

Dando cumprimentos ao estipulado no Decreto 411/91 de 17/10, a Direção informa que em 31 de Dezembro a situação da empresa perante a Segurança Social encontra se regularizada, dentro dos prazos estipulados.

14-Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro 2019

Plano de contingência Covid-19

As medidas de combate à pandemia obrigam a introduzir mudanças no programa de atividades do Forum para 2020. Assim:

- A. O Projeto Exportadoras Outstanding (que já tem cobradas 42% das receitas orçamentadas) será recalendarizado para o período de 01/07/2020 a 30/06/2021; os 2 workshops previstos poderão ser em formato Webinar ou presencial com restrição de presenças.

- B. É indispensável realizar dois Seminários no 2º Semestre; o habitual sobre o OE 2021 e outro sobre um tema de referência. Poderão ter o formato Webinar ou, de preferência, presencial com restrição de presenças.
- C. Reforço da captação de patrocínios para as publicações “Perspetivas Empresariais” e “Nota de Conjuntura”, com aumento de 5.000€ em cada uma (25%), por forma a contribuir para compensar uma eventual quebra de valor dos patrocínios em eventos, como os referidos em A e B.
- D. Lançamento de uma nova publicação trimestral digital, “**Nearshoring em Portugal**”, que incluirá informação e intelligence sobre oportunidades de investimento em Portugal a partir da análise do risco das cadeias de valor internacionais e consequente regresso à Europa de elementos dessas cadeias. Serão parceiros desta publicação (a convidar): instituições oficiais, fundações, câmaras de comércio, bancos, companhias de seguros e grandes empresas nacionais e internacionais. Será uma publicação patrocinada, a exemplo das outras duas publicações do Forum (“Nota de Conjuntura” e “Perspetivas Empresariais”), cujas receitas contribuirão para compensar eventuais quebras de valor de patrocínios em eventos.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se verificaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas comerciais.

15-Outras informações

15.1 - O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é o seguinte:

16.

Estado e outros entes publicos		2019	2018
Passivo	Imposto sobre rendimento pessoas singulares	2.677,00	2.694,00
	Imposto sobre rendimento pessoas coletivas	362,19	358,05
	Imposto sobre valor acrescentado	9.173,55	1.147,70
	Contribuições para Segurança Social	3.808,21	3.808,23
	Total	16.020,95	8.007,98

15.2- Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 os Fundos Patrimoniais encontram-se negativos. A situação encontra-se a ser objeto de análise por parte dos órgãos de gestão.

O imposto sobre o rendimento é de 0€ porque a atividade sujeita a IRC gerou no exercício de 2019 um prejuízo de 20.622,33€.

Os Resultados ao longo dos últimos 6 anos foi a seguinte:

	Resultados dos Exercícios		Resultado Líquido do Exercício Total
	N Sujeitos	Sujeitos	
2014	6.700,53	-13.625,80	-6.925,27
2015	6.526,84	-3.733,01	2.793,83
2016	-5.425,41	-37.953,77	-43.379,18
2017	22.514,36	-10.339,23	12.175,13
2018	12.572,73	-6.936,55	5.636,18
2019	30.816,23	-20.622,33	10.193,90

15.3- Informação relativa a Diferimentos

Diferimentos	31-12-2019	31-12-2018
Gastos a reconhecer		
Rendas	1.448,67	1.432,20
Outros	1,78	0,00
Seguros	184,82	247,38
Total	1.635,27	1.679,58
Rendimentos a reconhecer		
Quotas	6.250,00	0,00
Exportadoras Outstanding	16.000,00	
Outros		75,00
Total	22.250,00	75,00

15.4- Listagem de Associados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

ASSOCIADOS 2019*

CIP – Confederação Empresarial de Portugal

AIP – Associação Industrial Portuguesa

BDO

EDP – Energias de Portugal

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e Industria

PME Investimentos

Associação Portuguesa de Bancos

Banco BPI

CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal

Efacec

Nutrinveste

Nuno Fernandes Thomaz

Pedro Ferraz da Costa

Brisa

Millennium BCP

Apifarma

COSEC – Companhia de Seguro de Créditos

Caetano Coatings

Bosch Car Multimedia Portugal

Universidade Católica Portuguesa

Fundação Minerva – Universidade Lusíada

AESE – Escola de Direcção e Negócios

Gesbanha

Luís Mira Amaral

Banco BIC Portugal

José de Mello Saúde

Caixa Geral de Depósitos

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

AEP – Associação Empresarial de Portugal

ISEG

Emílio Rui Vilar

Carlos Monjardino

Rui Vieira de Castro

Laboratório Medinfar

Professor Doutor Vítor da Conceição Gonçalves

Caiado Guerreiro & Associados

Daniel Proença de Carvalho

Banco BIG

Professor Victor Roldão

Ordem dos Engenheiros

Isabel Saraiva

João Ferreira do Amaral

Rodolfo Lavrador

José Pedro Sucena Paiva

Ilídio Serôdio

Orlando Calição



Klaus Albert Schumann

Maria do Carmo Vieira da Fonseca

Paulo Barradas

MEDLOG

Securitas

Banco Santander Totta

PWC

Jaime Esteves

Jerónimo Martins

Paulo Franzini

Abílio do Rosário

Jorge Armindo Teixeira

Teodora Cardoso

Deutsche Bank

Joaquim Luiz Gomes

Duarte Calheiros

Carlos Cid Álvares

José Lamego

Confederação dos Serviços de Portugal

The Navigator Company

Explorer Investments

Pathena, SGPS, S.A.

Douro Azul

FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Tristão da Cunha

Pedro Rocha e Melo

Vasco Duarte Silva

António Alfaiate

EFAPEL – Empresa Fabril de Produtos Eléctricos, S.A.

Impresa

Dunas Capital

José Manuel Fernandes

ANA – Aeroportos de Portugal, S.A.

Semapa, SGPS, S.A.

Alexandre Patrício Gouveia

Altis, S.A.

Frulact – Indústria Agroalimentar

Manuel Champalimaud, SGPS, S.A.

Associação de Empresas Familiares

António Pedro Gomes

Luís Filipe Caldas

Nuno Cintra Torres

Sérgio Meireles

Universidade Lusófona

Instituto Superior Técnico

Virtualteorema

Daniel Bessa

João Salgueiro

Amílcar Theias

Fujitsu Technology Solutions

Vortal

ATP – Associação Têxtil e Vestuário de Portugal

BBVA, S.A. – Sucursal em Portugal

Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.

CTP – Confederação do Turismo de Portugal

* - Listagem por ordem de antiguidade de Associado

ASSOCIADOS 2018*

CIP – Confederação Empresarial de Portugal

AIP – Associação Industrial Portuguesa

BDO

EDP – Energias de Portugal

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e Industria

PME Investimentos

Associação Portuguesa de Bancos

Banco BPI

CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal

Efacec

Nutrinveste

Nuno Fernandes Thomaz

Pedro Ferraz da Costa

Brisa

Millennium BCP

Apifarma



COSEC – Companhia de Seguro de Créditos

Caetano Coatings

Bosch Car Multimedia Portugal

Universidade Católica Portuguesa

Fundação Minerva – Universidade Lusíada

AESE – Escola de Direcção e Negócios

Gesbanha

Luís Mira Amaral

Banco BIC Portugal

José de Mello Saúde

Caixa Geral de Depósitos

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Fidelidade Seguros

AEP – Associação Empresarial de Portugal

ISEG

Emílio Rui Vilar

Carlos Monjardino

Rui Vieira de Castro

Laboratório Medinfar

Professor Doutor Vítor da Conceição Gonçalves

Caiado Guerreiro & Associados

Daniel Proença de Carvalho

Banco BIG

Professor Victor Roldão

Ordem dos Engenheiros

06.

Isabel Saraiva

João Ferreira do Amaral

Rodolfo Lavrador

José Pedro Sucena Paiva

Ilídio Serôdio

Orlando Caligo

Klaus Albert Schumann

Maria do Carmo Vieira da Fonseca

Paulo Barradas

MEDLOG

Securitas

Banco Santander Totta

PWC

Jaime Esteves

Jerónimo Martins

Liberty Seguros

Paulo Franzini

Abílio do Rosário

Jorge Armindo Teixeira

Teodora Cardoso

Deutsche Bank

Joaquim Luiz Gomes

Duarte Calheiros

Carlos Cid Álvares

José Lamego



Confederação dos Serviços de Portugal

The Navigator Company

Explorer Investments

Pathena, SGPS, S.A.

Douro Azul

FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Embraer Portugal

Tristão da Cunha

Pedro Rocha e Melo

Vasco Duarte Silva

António Alfaiate

EFAPEL – Empresa Fabril de Produtos Eléctricos, S.A.

Impresa

Dunas Capital

José Manuel Fernandes

ANA – Aeroportos de Portugal, S.A.

Semapa, SGPS, S.A.

Alexandre Patrício Gouveia

Altis, S.A.

Frulact – Indústria Agroalimentar

Fortunato O. Frederico & C^a, Lda

MSC – Mediterranean Shipping Company

Gestmin

Associação de Empresas Familiares

António Pedro Gomes



Luís Filipe Caldas

Nuno Cintra Torres

Sérgio Meireles

Universidade Lusófona

Instituto Superior Técnico

Virtualteorema

António Simão Carvalho Fernandes

Daniel Bessa

João Salgueiro

Amílcar Theias

Fujitsu Technology Solutions

Vortal

ATP – Associação Têxtil e Vestuário de Portugal

BBVA, S.A. – Sucursal em Portugal

Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.

* - Listagem por ordem de antiguidade de Associado

A Direção

O Contabilista Certificado



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos a atividade do FORUM PARA A COMPETITIVIDADE - Associação para o Desenvolvimento Empresarial, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho Diretivo os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. Para a análise das contas de 2019 do FORUM, o Conselho Fiscal foi assessorado pelos auditores independentes BDO & Associados, SROC, cujo relatório de auditoria mereceu a nossa concordância.

O Conselho Fiscal congratulou-se com o facto de ser este o terceiro ano consecutivo com resultados positivos e considerou ser devido um voto de louvor pelo empenhamento e capacidade de inovação da gestão do Forum.

Não obstante continuar a ser necessária a completa recomposição do Fundo de Capital da Associação, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Atividades apresentado pelo Conselho Diretivo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Associação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

O Conselho Fiscal tomou em boa nota o aditamento (sobre o plano de contingência Covid-19) ao Relatório de Gestão, apresentado pelo Conselho Directivo, conforme solicitado pelos Auditores.

Parecer

Assim, propomos:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Atividades, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pelo Conselho Diretivo, relativos ao exercício de 2019.

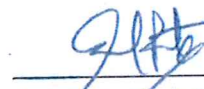
2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho Diretivo.

Lisboa, 12 de maio de 2020

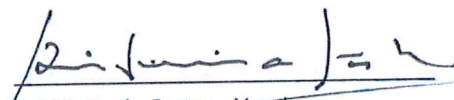
O CONSELHO FISCAL



Luís Palha da Silva - Presidente



Manuel Puerta da Costa - Vogal



Rui Vieira de Castro - Vogal

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do FORUM PARA A COMPETITIVIDADE - Associação para o Desenvolvimento Empresarial (adiante também designado por FORUM ou Associação), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (50 878 euros e um total de fundos patrimoniais negativo de 87 681 euros, incluindo um resultado líquido de 10 194 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Associação em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Associação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Conforme referido na nota 15.2 do anexo, em 31 de dezembro de 2019, os fundos patrimoniais do FORUM são negativos em cerca de 88 000 euros (31dez18: cerca de 98 000 euros) encontrando-se esta situação a ser objeto de análise pelo órgão de gestão do FORUM com vista a assegurar a continuidade das suas operações. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Ênfase

Conforme referido no relatório de gestão e na nota 14 do anexo às demonstrações financeiras, relativamente ao surto do vírus Covid-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020 e que alastrou também ao nosso País, a FORUM tem vindo a atualizar os seus planos de contingência e a implementar medidas para responder, nomeadamente, às recomendações e práticas adequadas no âmbito da prevenção e controlo da doença Covid-19, correspondendo às orientações da Direção-Geral da Saúde, de modo a diminuir os respetivos efeitos sociais e económicos. Na presente data, face à informação disponível, não é possível estimar com um grau de precisão mínima os impactos da pandemia da Covid-19 na esfera da atividade da FORUM. No entanto, podemos perspetivar uma retração geral da atividade económica, que será tanto mais intensa quanto mais duradouras forem as restrições à mobilidade de pessoas e ao normal desenvolvimento das diferentes atividades. Por outro lado, estando a ser realizado um levantamento dos respetivos impactos financeiros e operacionais, que neste momento não se podem ainda estimar face à recente evolução deste surto, a FORUM tem em curso um plano de resposta relativamente às suas atividades, tendo introduzido mudanças no programa de atividades do FORUM para 2020 de forma a encontrar formas de funcionamento adaptadas a realidade atual e a encontrar receitas alternativas para compensar eventuais quebras de patrocínios em eventos, com vista a assegurar a continuidade das suas operações. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos estatutários aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Associação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Associação;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Associação para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Associação descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 15 de maio de 2020

A handwritten signature in blue ink, reading 'Pedro Aleixo Dias'.

Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.



**FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE**

Associação para o Desenvolvimento Empresarial

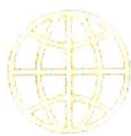
ANEXOS



**INTERVENÇÕES NA COMUNICAÇÃO SOCIAL DO
DIRECTOR DO GABINETE DE ESTUDOS**

2019

- Várias intervenções na TSF
- Três intervenções na SIC Notícias
- DN-Dinheiro Vivo, sobre IRC (19 de Julho)
- Entrevista Rádio Renascença, sobre o programa de governo (28 de Outubro)
- Podcast no Expresso, sobre o salário mínimo (30 de Outubro)
- Rádio Observador, sobre o PIB (14 de Novembro)



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

SEMINÁRIO

**CRESCIMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA –
O DEVE E HAVER DO “PROJECTO PORTER”**

13 de Março de 2019

Centro Cultural de Belém, Sala Almada Negreiros

15H00 Abertura

- João Salgueiro, Presidente do Conselho Consultivo do Forum para a Competitividade

15h20 O “Projecto Porter” – as razões para a sua realização; as transformações desejadas ao nível das empresas e das políticas públicas

- Luís Mira Amaral, Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Forum para a Competitividade

15h40 Apresentação do working paper “A economia portuguesa – 25 anos depois do Relatório Porter – sucessos e insucessos; as novas realidades”

- Vítor Gonçalves, Presidente do ADVANCE – Centro de Investigação Avançada em Gestão, ISEG

16h00 O crescimento da economia portuguesa – por que razões vale a pena o esforço para um crescimento mais robusto

- Pedro Braz Teixeira, Director do Gabinete de Estudos do Forum para a Competitividade

16h20 Coffee Break

16h40 Mesa Redonda: Políticas públicas e estratégias empresariais 1994-2019; os novos desafios

- Moderador
 - Paulo Ferreira
- Oradores
 - Adolfo Mesquita Nunes
 - Célia Reis
 - Daniel Bessa
 - Tomás Moreira

18h30 Encerramento

- Pedro Ferraz da Costa, Presidente do Forum para a Competitividade
- Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

Media Partner:

Com o patrocínio de:





**Exportadoras
Outstanding**

WORKSHOP
NOVAS FORMAS DE COOPERAÇÃO PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO
8 Maio 2019
Porto Business School
PROGRAMA

15H00 Vantagens competitivas das empresas exportadoras, oportunidades de negócio, novas formas de cooperação para a internacionalização

- Key Note Speaker – Jaime Esteves – Tax Lead Partner da PwC Portugal

15H30 Perguntas e Respostas

- António Dinis – Director de Marketing e Comunicação da Hovione
- António Redondo – Administrador Executivo da The Navigator Company

16H00 Coffee Break

16H15 Mesa redonda: O mercado global na perspectiva das empresas portuguesas

- Moderador- Pedro Vieira - Director da Pós-Graduação em International Business da Porto Business School
- Luís Castro e Almeida – Administrador Delegado do BBVA Portugal
- Maria Celeste Hagatong – Presidente da COSEC
- Paulo Oliveira e Silva – Director Central da Direcção de Banca de Grandes Empresas e Institucional da Caixa Geral de Depósitos

17H30 Perguntas e Respostas

- Carlos Rodrigues – Director Industrial da Caetano Bus
- Diogo Almeida Santos – Consultor Sénior da Bondalti

18H00 Encerramento

- Pedro Ferraz da Costa, Presidente do Forum para a Competitividade
- Eurico Brilhante Dias, Secretário de Estado da Internacionalização

18H30 Reuniões "one to one" entre empresas participantes, parceiros e patrocinadores

Organização



Parceiros



Patrocinadores





**Exportadoras
Outstanding**

WORKSHOP

AS ELEIÇÕES EUROPEIAS. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EMPRESARIAL

3 Julho 2019

Auditório do Ed. NERLEI

PROGRAMA

15H00 As eleições europeias e as suas consequências para as empresas

- Keynote Speaker – Pedro Passos Coelho – Economista

15H30 Perguntas e Respostas

- Luís Castro e Almeida – Administrador Delegado do BBVA Portugal
- Vítor Bento – Membro do Conselho Consultivo do Forum para a Competitividade

16H00 Coffee Break

16H15 Mesa redonda: As políticas públicas e os processos de crescimento, desenvolvimento e inovação empresarial

- Moderador- António Poças – Presidente da NERLEI
- Jorge Pinto – CEO da Caetano Bus
- Luís Ferreira – Membro do Comité Executivo da Allianz Portugal
- Miguel Matos – Director Geral da Tabaqueira

17H30 Perguntas e Respostas

- Gabriel Oliveira – Administrador Executivo da Transportes Pascoal
- Rui Brogueira – CEO da Respol

18H00 Encerramento

- Pedro Ferraz da Costa - Presidente do Forum para a Competitividade

Organização



Parceiros



Patrocinadores





FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

SEMINÁRIO
O ORÇAMENTO DO ESTADO 2020 – ENQUADRAMENTO POLÍTICO E ECONÓMICO

5 de Novembro de 2019
Auditório da AESE Business School

PROGRAMA

15h30 Welcome Coffee e registo dos participantes

16h00 Abertura – Fátima Carioca – Dean da AESE Business School

16h15 O quadro político post eleitoral

- José Miguel Júdice – Advogado

16h45 O quadro económico nacional e internacional para 2020

- Pedro Braz Teixeira – Director do Gabinete de Estudos do Forum para a Competitividade

17h05 Painel – Política Orçamental

- Teodora Cardoso – Economista
- Vítor Bento – Chairman da SIBS

17h45 Debate

18h05 Painel – A necessidade de um maior crescimento não obstante a possibilidade de uma nova recessão

- Moderador:
 - Jorge Ribeirinho Machado – AESE Business School
- Oradores:
 - Adolfo Mesquita Nunes – Advogado
 - António Nogueira Leite – Administrador da Hipoges
 - Jorge Figueiredo – Partner da PwC

19h15 Encerramento

- Pedro Ferraz da Costa - Presidente do Forum para a Competitividade

Apoio:



Com o patrocínio de:





**Exportadoras
Outstanding**

**WORKSHOP
A GESTÃO DAS PESSOAS NA EMPRESA: DO RECRUTAMENTO À RETENÇÃO**

**20 Novembro 2019
Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão**

PROGRAMA

15H00 Abertura

- Augusto Lima – Vereador para a Economia, Empreendedorismo e Inovação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- Pedro Ferraz da Costa – Presidente do Forum para a Competitividade

15H15 1º Painel – Do Recrutamento à Contratação

- Moderador – Luís Freire de Andrade - Director do Gabinete Jurídico Laboral do Grupo Salvador Caetano
- António Marquez Filipe – Administrador da Symington
- Gregório Rocha Novo – Vice Presidente do Conselho Geral da CIP
- Pedro Braz Teixeira – Director do Gabinete de Estudos do Forum para a Competitividade
- Raquel Vieira de Castro – Administradora da Vieira de Castro

16h15 Perguntas e Respostas

- Vítor Abreu – Presidente da Endutex

16H45 Coffee Break

17H00 2º Painel – Da Contratação à Retenção

- Moderador – Fernando Alexandre, Professor na Universidade do Minho
- Bethy Larsen – Advisory Partner da PwC
- Cândida Santos – Professora na Porto Business School
- Elsa Carvalho – Directora Central de Recursos Humanos da CGD

18H00 Perguntas e Respostas

- Filipe Villas Boas – Administrador da Schmidt Light Metal
- Inês Marques – Business Unit Manager Portugal da Silicália

18h30 Encerramento

Reuniões one-to-one

Organização



Parceiros



Patrocinadores





Exportadoras
Outstanding

WORKSHOP
A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO 2020
PRINCIPAIS ALTERAÇÕES FISCAIS; CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS

18 Dezembro 2019
Palácio Sottomayor, Av. Fontes Pereira de Melo, Lisboa

PROGRAMA

09h30 Welcome coffee

10H00 Principais Alterações Fiscais

- Jaime Esteves – Tax Lead Partner da PwC

10H30 Enquadramento Económico e Consequências das Alterações Fiscais

- Pedro Braz Teixeira – Director do Gabinete de Estudos do Forum para a Competitividade

11h00 Comentários (Painel)

- António Nogueira Leite – Administrador da Hipoges Ibéria
- Joaquim Miranda Sarmento – Professor no ISEG
- Luís Menezes Leitão – Advogado e Professor Universitário

12H30 Conclusões e encerramento

- Pedro Ferraz da Costa – Presidente do Forum para a Competitividade

Organização



Parceiros



Patrocinadores



Jornal de Notícias - 4 Janeiro 2019

FRASE



A semana
das 35
horas é uma
raridade na
União
Europeia e
claramente
um luxo
de país rico.



PEDRO FERRAZ DA COSTA
Presidente do Fórum para
a Competitividade

113

Edição fim de semana

1,50€ // Sexta-feira, 8 março 2019 // Ano 9 // Diário // Número 2906
 Diretor: Mário Ramires // Dir. executivo: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva
 Subdir. exec.: Maria F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

**ESTA SEXTA
O QUE FARIA COM**

€62 milhões

inevitável

*Entrevista a Ferraz da Costa, presidente
do Fórum para a Competitividade*

**“Os nossos salários
são baixos?
Muitas pessoas
até ganham mais
do que deviam”**

“A esquerda portuguesa sempre
quis acabar com os ricos, a
esquerda escandinava queria
acabar com os pobres”

“O primeiro-ministro está refém
da necessidade de comprar
votos a qualquer preço”

“Vivemos em guerrilha
ideológica praticamente
desde 1974”

// PÁGS. 24-29

Dia Internacional da Mulher

Os cargos que elas nunca conseguiram alcançar

// Lisboa e Porto nunca tiveram uma mulher presidente // Leonor Beza foi a primeira a chegar a ministra
 // Duas mulheres atrás do volante contam como é trabalhar num mundo de homens // PÁGS. 16-21

PUB

Desconto sobre
desconto em
combustível

montepio.org

**Educação. 83%
das escolas têm
falta de
funcionários,
diretores dizem
que é crónico**

// PÁG. 6

**Violência
doméstica.
Notícias podem
despertar
sentimento
de impunidade**

// PÁGS. 2-5

**Professores.
BE e PCP vão
fazer frente
ao governo por
causa do tempo
de serviço**

// PÁG. 8

**O que podemos
aprender
com o sono
dos animais?
Especialista
responde**

// PÁGS. 22-23

Pedro Ferraz da Costa.

“O governo quis usar toda a folga que tinha para seduzir os eleitores da função pública”

O economista critica o fraco crescimento económico e garante que Portugal poderia crescer acima dos 4% se fosse essa a sua prioridade

SÓNIA PERES PINTO (Texto)
sonia.pinto@ionline.pt
BEATRIZ SANTOS (Fotografia)
fotografia@ionline.pt

A economia portuguesa cresceu 2,1% em 2018, menos do que foi estimado pelo governo. Era expectável?

Era. É natural atravessarmos períodos de maior crescimento e períodos de menor crescimento. Tivemos trimestres consecutivos da economia mundial a crescer e era natural que se chegasse a uma fase de abrandamento, independentemente de haver algumas razões objetivas que ainda não estão resolvidas e são importantes. É o caso das discussões comerciais entre os EUA e a China, que têm peso no comércio mundial, e de algumas dificuldades europeias, como a tensão entre Itália e França, as tensões sobre o Brexit, a incapacidade da Comissão Europeia para terminar a União bancária, a persistência e, até diria a teimosia, em querer impor-se objetivos federalistas que depois encontram dificuldades em vários países. Evidentemente todas estas situações não são o melhor ambiente para o crescimento. Agora também é indiscutível que nunca na economia mundial as bolsas reagiram tão depressa de forma positiva a algumas más notícias. Parece que está tudo a desajar continuar em frente em termos de crescimento. Em Portugal a situação é ligeiramente diferente porque estamos a crescer muito pouco e também anda tudo muito amorfo.

O governo desvaloriza nos seus discursos esse fraco crescimento...

É natural. Qualquer governo faria isso. Acho que há uma estratégia geral de pouca exigência porque também se sabe que não se pode ter resultados muito diferentes. Não me recordo nesta legislatura de alguma vez ter ouvido um conjunto organizado de medidas com o objetivo de pôr o país a crescer mais. Isso foi um assunto que nunca foi referido e está completamente fora do radar. Não é uma coisa com que as pessoas se preocupem muito.

Porque não há grandes exigências?

Não há. Tivemos durante o período de ajustamento uma reação muito positiva dos exportadores, o que permitiu continuar a subir o peso das exportações no PIB. Não temos grandes dúvidas que o caminho de progresso da economia portuguesa passa por aí, mas isso nunca foi objetivo desde o 25 de abril. Não me lembro de nenhum governo que alguma vez tenha lutado muito por isso. Tivemos uma intervenção relativamente forte e em alguns aspetos positiva e influente nos governos de Cavaco Silva no processo de reprivatização de alguns setores,

é o caso do têxtil e do calçado, mas depois temos muitos outros, como a metalomecânica, motores elétricos e tudo o que se construiu à volta da Autoeuropa e que tem sido muito importante para o reequilíbrio da balança corrente.

Há muitas empresas, nomeadamente do setor da metalomecânica que falam em falta de mão-de-obra...

Para lhe dar um exemplo próximo, nos últimos 20 anos a Espanha aumentou a sua população em 16%. Portugal aumentou 1,3%. Se não tivermos mais pessoas como é que conseguimos criar mais emprego? As pessoas também não estão muito

interessadas em vir para Portugal porque as condições não são muito boas. Quando olhamos para o diferencial de salários entre o que ganha um médico em Portugal e o que é oferecido a um médico na Galiza ficamos com uma ideia clara do desnível que existe. As pessoas que podem emigrar e depois é muito difícil com as condições atuais que oferecemos atrair muita gente. Depois há muitos cá dentro que conseguem não trabalhar por vários outros esquemas;

“Não me recordo nesta legislatura de ouvir um conjunto de medidas com vista a pôr o país a crescer mais”

“Como a população ativa não tem crescido, os setores que estão em expansão têm dificuldade em recrutar”

“Há muitos que conseguem não trabalhar recorrendo a esquemas: rendimentos sociais de inserção, subsídios de desemprego”

mas também foi um período de grande concentração nos setores dos bens não transacionáveis, contribuindo para criar um ambiente que não é positivo entre o Estado e essas empresas, o que fez com que, durante anos, as empresas viradas para o mercado interno crescessem mais do que as outras, que tivessem melhores resultados, ou seja, tinham todas as vantagens possíveis. Só a partir do segundo acordo com o Fundo Monetário Internacional, em 1983/85, é que foi restabelecido um balanço entre empresas exportadoras e não exportadoras. Hoje em dia temos setores que voltaram a ser importantes para a economia portuguesa, como

rendimentos sociais de inserção, subsídios de desemprego, programas de formação, etc. Temos uma das taxas mais elevadas de jovens que não estudam nem trabalham. Como temos uma população ativa que não tem crescido, os setores que estão em expansão enfrentam essa dificuldade em recrutar. Há coisas que as empresas podem fazer individualmente, mas há muitas outras que têm de ser feitas em colaboração com o Estado e se quisermos atrair gente de outros países para trabalhar em Portugal vamos ter de ter formações específicas adequadas para isso e têm de ser enquadradas num projeto. O problema é que esse projeto não existe.





Com apenas 34 anos Pedro Ferraz da Costa assumiu a liderança da CIP. Licenciado em finanças, ao longo da carreira tem gerido empresas no setor farmacêutico, liderando atualmente a Iberfar. Acumula ainda a função de presidente do Fórum para a Competitividade. Sempre muito crítico, o empresário avisou, em 2005, que o país em dez anos estaria falido e não falhou. Mas a crise trocou as voltas e a troika entrou mais cedo no país do que tinha previsto

Não existe por falta de interesse ou por falta de estratégia?

Porque se faz muito pouco. Vivemos num clima do 'deixa andar'. Demoramos anos para resolver qualquer assunto e as coisas arrastam-se. Isso não é muito atraente. E viu-se isso com a maior parte dos refugiados que atravessaram o Mediterrâneo e não estavam interessados em vir para cá.

No Orçamento do Estado deste ano, o governo apostou em atribuir benefícios fiscais aos imigrantes que quisessem regressar ao país. Foi insuficiente?

Acima de um certo nível de vencimento, os benefícios atribuídos não são suficientes para fazer ninguém voltar. E as pessoas não foram lá para fora só por causa das condições salariais. As pessoas foram lá para fora porque acharam que tinham possibilidades de lutar por uma promoção profissional e que cá é muito difícil porque uma economia que cresça abaixo dos 4 ou dos 5% não cria postos de trabalho de chefia. Os jovens entram e têm dois ou três andares de chefes à frente deles que não vão morrer tão cedo, ainda por cima, morremos todos cada vez mais tarde. As pessoas pensam 'o que é que estou aqui a fazer?' E vão-se embora.

Tem dito várias vezes que a economia portuguesa tem condições para crescer acima dos 4%...

Então não tinha? Se durante o período de ajustamento da troika conseguimos ganhar quota de mercado e foi um período de ajustamento extremamente difícil porque a economia europeia não estava a crescer, isso mostra que é possível. Então porque é que a economia não cresce mais?

Porque não se faz nada para isso, até se faz tudo ao contrário disso. Vimos a burocracia a reduzir-se ou os impostos a simplificarem-se? Não se vê nada. Nesses aspetos estamos rigorosamente no mesmo sítio em que estávamos. Também disse que há coisas que se arrastam. Um desses casos a greve dos estivadores. Teve efeitos nas exportações?

Teve reflexos no curto prazo e vamos saber se não terá reflexos em alguma decisão da Volkswagen em não aumentar o investimento em Portugal.

Além do conflito interno que também se arrastou na Autoc Europa...

Toda a gente sabe há 30 ou 40 anos que a ausência de uma regulamentação da lei da greve é muito propícia para que as greves sejam manipuladas por questões políticas e não por questões laborais. E mesmo assim continuamos exatamente como estávamos, com alguns fenómenos novos, agora temos o problema do crowdfunding, que é um problema de que não se falava há 20 anos. Foi por razões deste género que a Ford e a General Motors se foram embora da Azambuja.

E não foi assim há tanto tempo...

Mas ninguém se lembra.

É um problema de memória...

Com certeza. As pessoas não refletem, não analisam as coisas. Tem acima de tudo perceções. Agora analisar as conclusões de um estudo? Isso não interessa nada e ninguém tem paciência para ouvir.

O que está à espera este ano em termos de crescimento?

Não fizemos coisas que nos permitissem ter uma evolução diferente. Deveríamos ter apostado na atração do investimento direto estrangeiro. Não houve nenhum projeto novo e não temos um projeto desses há não sei quantos anos. **Há o exemplo da Google...**

Esse não conta. A empresa aluga um escritório e contrata 100 ou 150 pessoas. **Tinha de ser uma Autoc Europa?**

Tinha de ser uma coisa na área industrial ou uma coisa à sério na área dos portos. Fala-se em vários investimentos nos portos, nomeadamente no porto do Barreiro...

Não consigo perceber a opção do Barreiro porque desde os riscos ambientais ligados à dragagem de um canal - onde são depositados resíduos industriais há cem anos, o que é uma operação

continua na página seguinte >>

Ferraz da Costa critica a "guerra" dos professores lamentando que só se interessem pela progressão da carreira, ignorando a falta de qualidade de ensino. O economista lembra que ganham mais do que a média europeia e culpa o governo de nada fazer. Mas dá uma explicação: são os sindicatos que mandam no ministério da Educação

>> continuação da página anterior

ção complicada – junta-se uma outra dificuldade que é a de continuarmos a nunca querer definir prioridades. Andamos há dois ou três anos a adiar a renegociação do terminal de Singapura em Sines, onde neste momento as operações estão limitadas a um milhão de contentores por ano, quando podíamos aumentar até quatro ou cinco milhões de contentores se alargássemos as instalações portuárias. Não há risco comercial na decisão porque sabe-se que existe essa necessidade, e, mesmo assim, não se faz. Podíamos fazer mais uma série de outras operações ligadas a todo esse comércio internacional que nos passa aqui à frente, porque isso é uma coisa que ninguém consegue estragar porque ou é uma fatalidade geográfica ou uma sorte, mas não aproveitamos. Normalmente se falarmos em prioridades fazemos logo uma lista: Leixões, mais Aveiro, mais Figueira da Foz, se possível fazer um porto em Peniche, depois Tejo Norte, Tejo Sul, depois Setúbal, Sines e Portimão. Alguém acredita que haverá dinheiro para tornar tudo isto prioritário? É evidente que não. A isto junta-se o aeroporto do Montijo e as apostas na ferrovia... Não há dinheiro para isto tudo. Acha prioritária a construção do novo aeroporto do Montijo? Ninguém duvida de que é necessário, basta ir à Portela para ver isso. Além disso, há muitos investimentos que estão em curso na área de hotelaria, de congressos, não só em Lisboa, mas espalhados por outras zonas, que precisam de um aeroporto que permita assegurar esse crescimento da atividade. Neste momento não há mais voos porque não é possível atribuir mais. E se começarmos a assistir a um arrandamento do turismo? O aeroporto está acima da capacidade e, por isso, é inevitável investir numa nova infraestrutura. Mas a grande responsabilidade de não haver dinheiro para todos esses projetos é do atual governo porque quis gastar toda a folga que tinha em seduzir os eleitores da função pública. O dinheiro foi todo para aí. Mas nem assim agrada à função pública... Isso já é uma coisa extraordinária que não consigo explicar. Acho que se criaram expectativas exageradas, mas já toda a gente se apercebeu que o primeiro-ministro está muito refém des-

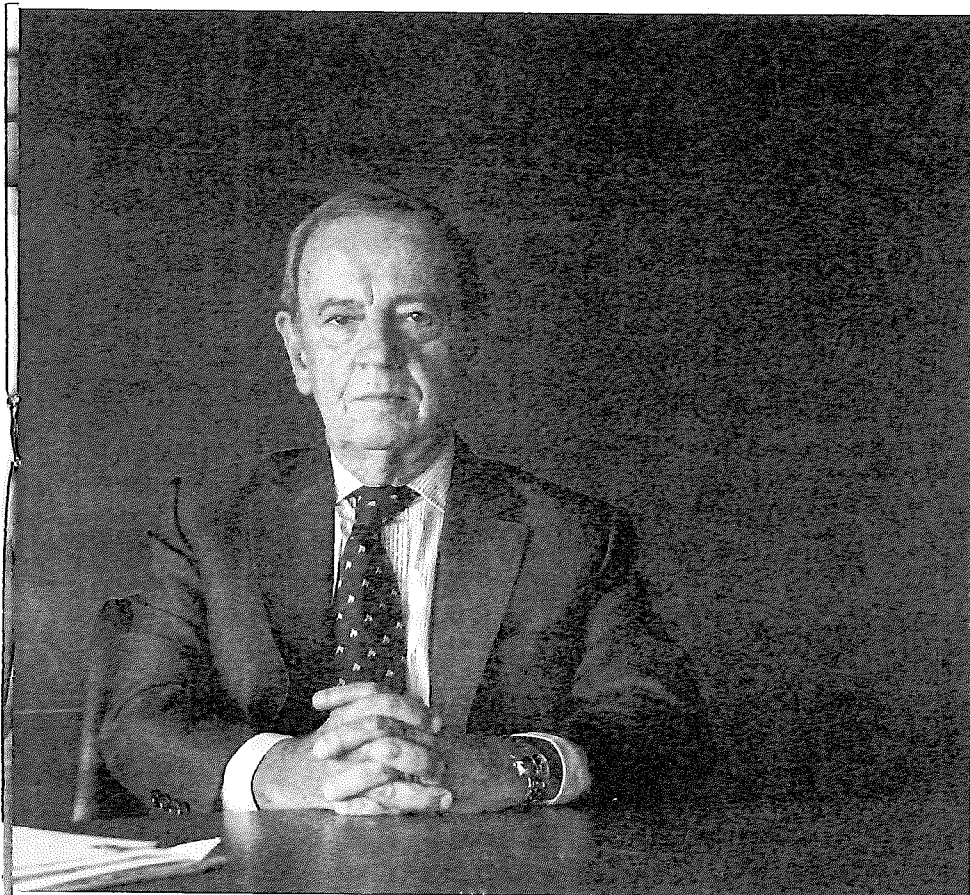
sa necessidade absoluta de comprar votos a qualquer preço. E as pessoas aproveitam-se disso. O governo diz que não tem dinheiro... E ficava muito admirada se depois viesse a verificar uma coisa diferente? O que é mais perigoso é a perda de credibilidade dos governantes perante a opinião pública. Se toda a gente pensar que eles são uns aldrabões e que dizem qualquer coisa a curto prazo, isso não é muito propício ao investimento. E se não ceder pode comprometer os resultados eleitorais... Confesso que já me preocupei mais com os resultados eleitorais do que agora. Acho que o grande problema é a insatisfação da opinião pública porque os governos com algum desfasamento acabam por ir ao encontro do que os eleitores acham. É uma das características básicas da democracia e, mesmo assim, acho que em Portugal está-se a mover mais devagar do que em outros países. Por exemplo, há dois ou três anos era impensável a ideia de surgirem novas forças políticas. Acha que o partido de Santana Lopes pode tirar votos ao PSD ou ao CDS? Ninguém tem dúvidas que o nosso método de Hondt penaliza as não coligações, mas nos partidos incumbentes, nomeadamente no PSD e no CDS, não há grande abertura para mudar de pontos de vista. O aparecimento de concorrência é sempre bom e não há dúvidas que o discurso do PSD foi incompreensível durante meses. Só a partir do momento em que Montenegro se chegou à frente é que aquilo se agitou um bocadinho. Isso poderá favorecer o PS? Talvez.

A esquerda portuguesa sempre quis acabar com os ricos, enquanto a esquerda escandinava queria acabar com os pobres"

"Os funcionários públicos reformam-se mais cedo, trabalham menos anos, menos horas e têm mais feriados"

E a criação de uma nova gerigência? Talvez possa. Durante um determinado período, as pessoas pensaram que o PS sozinho seria muito diferente do PS com o apoio do Bloco e do PCP. Acho que uma parte crescente do PS está cada vez mais parecida com o Bloco, o partido socialista do tempo de Mário Soares se calhar já não existe. E era de um facto um partido mais ao centro e que estava mais próximo dos outros partidos centro de esquerda da Europa. A esquerda portuguesa sempre quis acabar com os ricos, a esquerda escandinava queria acabar com os pobres. São duas posições radicalmente diferentes e se lá o que se queria era que o sistema resolvesse os problemas de um número crescente de pessoas – e isso era feito essencialmente com base no setor privado e nas regras da economia de mercado – por cá isso nunca foi discutido, mesmo que em termos sociais fossem muito mais progressistas do que cá, a economia sempre beneficiou de condições normais para funcionar fosse qual fosse a mudança de governo. Nós aqui não devíamos aspirar a mais do isso, mas não é o que acontece. O governo prefere fazer tudo com soluções públicas. Um desses casos é a implementação das 35 horas semanais que o Fórum para a Competitividade classificou de luxo? Toda a gente critica essa medida e não é só as 35 horas semanais. Os funcionários públicos também têm direito a ter reforma mais cedo, trabalham menos anos, menos horas, têm mais feriados e contam com sistemas de avaliação mais ligeiros. Até o próprio salário mínimo nacional é diferente do privado para o público... Sim. E porquê se trabalham menos horas? É só por questões eleitorais. Acabam desta forma por tratar os portugueses de forma diferente? Se os portugueses votam nisso o que é que havemos de fazer? Podemos pedir mais, mas não resulta. As pessoas têm uma tendência enorme para olharem para o curtíssimo prazo e para aquilo que lhes favorece pessoalmente, já nem é o que favorece a família, quanto mais a sociedade. E em relação aos enfermeiros. Como viu toda essa "trapalhada" da guerra com o governo, ilegalidades e requisição civil? Acho que o caos vem do facto de as pessoas estarem muito mais focadas na dis-

cussão ideológica subjacente ao serviço nacional de saúde do que propriamente na qualidade dos serviços que prestam. Vivemos em guerrilha ideológica praticamente desde 1974. Qualquer assunto é sempre visto ideologicamente. Se as pessoas disserem que determinada coisa tem de funcionar de certa maneira vem alguém dizer que estamos a querer que sejam os privados a fazer isso. Estou-me borrifando se são privados ou públicos, o que as pessoas querem é não esperar horas, terem resultados em que possam acreditar e que as coisas sejam comportáveis em termos globais. No setor da saúde, independentemente de haver um objetivo político de beneficiar de uma determinada parte do país por razões eleitorais – seria completamente diferente se as reversões beneficiassem toda a gente por igual, mas não foi isso que aconteceu – o que tornou ainda mais difícil atrair profissionais foi o facto de não termos grande possibilidade de crescer mais a economia e de oferecer muito melhores condições às pessoas. Isto é um sistema que se derrota a si próprio. Como é que uma coisa destas se resolve? O governo prometeu que iria resolver os problemas, criou-se uma dinâmica de as pessoas estarem à espera do melhor e não se fez os investimentos correspondentes à modernização que era necessária porque esse dinheiro foi fundamentalmente para compensar as 35 horas. E no serviço nacional da saúde isso é mais do que evidente. Há anos seguidos que o volume global do inves-



timento é inferior à amortização do ativo do país, ou seja, temos um ativo que se vai desvalorizando porque não vão entrando coisas novas. Não podemos deixar de cumprimentar o ministro das Finanças por cumprir os números do défice, nem quero imaginar o que é que aconteceria se não o fizesse porque o país iria precisar de financiamento externo porque a nossa dívida em termos totais continua a aumentar, mesmo que a percentagem do PIB seja ligeiramente mais baixa. O que aconteceu foi que o ministro das Finanças fixou um montante global para a despesa, mas depois esse valor vai mais para uns sítios e menos para outros.

O ideal seria voltar para as 40 horas?
O ideal era não se ter feito isso. Já viu o que é andar para trás com uma coi-

“As pessoas estão mais focadas na discussão ideológica subjacente ao SNS do que na qualidade dos serviços que prestam”

“A sensação de que tudo é possível e não vale a pena fazer contas foi inaugurada por António Guterres”

sa dessas? Imagine o que seria pôr todos os que passaram a trabalhar sete horas por dia a voltar a trabalhar oito horas quando já se habituaram a receber mais uma hora extraordinária. Os dias têm 24 horas e isso ninguém conseguiu mudar e para fazer três turnos, dividir 24 por três dá oito, não dá sete. Isso dá uma hora extraordinária porque as pessoas mantiveram o seu ordenado e viram reduzida a sua carga horária de 40 para 35 horas semanais, ou seja, passaram a receber mais 14% por hora. Como é que há dinheiro que chegue para isso? Aliás, essa sensação de que tudo é possível e não vale a pena fazer contas foi inaugurada por António Guterres quando reduziu os horários de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem a correspondente redução dos vencimentos e foi a partir daí que deixámos de crescer e entrámos em desequilíbrio. Uma boa parte dos problemas que temos hoje nasceu em 1995.

E que nunca foi possível corrigir?
Nem era possível. Acha que Passos Coelho se sente muito recompensado pelo esforço que fez? É tratado pior do que todos os que estiveram na origem desta situação que vivemos.

O que é que se pode fazer?

Era preciso que fossem feitos acordos de regime em relação a um conjunto de assuntos. Aliás, a discussão da lei de Bases da Saúde é bem exemplificativa da incapacidade que a sociedade portuguesa tem de se concertar — e ninguém achará que a saúde é pouco importante.

E os professores são outro exemplo...

Os nossos professores são dos mais bem pagos ou os segundos mais bem pagos em paridade de poder de compra da União Europeia. Além disso, têm um sistema, onde sem avaliação, as progressões são as mais favoráveis da função pública. Por isso é que sentem que perderam tanto durante aqueles anos em que não houve progressões. Mas também toda a gente sabe que não há dinheiro para pagar aquilo. E no dia em que pagarem vêm depois os juizes, as forças de segurança e todos os outros atrás. Temos em Portugal um problema que é o modelo de fixação de salários que temos há muitos anos e nunca ninguém quer resolver isso.

Mas os salários de uma forma geral continuam a ser muito baixos...

Não estou a dizer que os salários devem ser altos ou baixos. Acho que para muitas pessoas até são mais altos do que deviam, pois não deviam ser tão altos para os que apresentam maior absentismo ou para os que não se importam com o que se passa ou para os que ficam em casa. Está muito mal repartido. Tinha de haver uma avaliação mais séria, se calhar devia-se apostar numa parte variável. Mas é evidente que temos um movimento sindical que, no essencial é comandado por líderes comunistas, que defendem um modelo económico-social que não existe em sítio nenhum com sucesso então por aí não chegar a sítio nenhum com certeza. O facto de o governo ser apoiado por partidos de esquerda não influenciará estas paralisações?

Eles pensavam que era o contrário, como estavam apoiados pelos partidos de esquerda teriam paz social.

E garantiram essa paz durante os dois primeiros anos...

Garantiram enquanto lhes interessou e agora provocam instabilidade porque lhes interessa. Querem mostrar a força.

Mas o que é certo é que o país tem parado...

Em parte sim e, com isso, perdemos muitas oportunidades, o que terá consequências ao nível global. Não é muito natural que praticamente não haja nenhum país da União Europeia que não nos vá ultrapassando. Lembrome de ir ao Leste da Europa quando começaram a sair dos regimes comunistas e aquilo era uma coisa assustadora em termos de atraso, o que não se verifica agora.

O Fórum para a Competitividade disse recentemente que Portugal só conseguiria atingir a média da União Europeia em 2049 e que até a Grécia vai crescer mais do que nós...

Esses dados têm saído das projeções de várias organizações internacionais, não inventamos estatísticas. É impressionante como vamos precisar praticamente de 20 anos para voltar à rota de crescimento em que estávamos antes da crise.

Os sinais estão aí. Um deles diz respeito ao número recorde de empréstimos concedidos. Não aprendemos com a crise?

As pessoas nunca aprendem, fazem enquanto podem. Vimos notícias na crise anterior em que havia pessoas que tinham créditos em vários bancos e nunca tinham somado quanto é que tinham de pagar por todos e quanto é que isso representava do seu orçamento. Isso mostra que há sempre uma percentagem grande de pessoas que se tiverem crédito vão gastar, a não ser que estejam com medo do futuro. Ultimamente disseram-lhes que lá tudo será muito bom e, por isso, andaram para a frente no sentido do consumo. Acho isso natural: as pessoas querem ter um carro melhor, viajar mais, arranjar-se melhor, o que não é natural é não perceberem ou não quererem perceber ou fingirem que não percebem para que essas coisas sejam possíveis é necessário mudar alguns dos seus outros hábitos. Quando as pessoas veem os governos todos a prometerem imensas coisas

continua na página seguinte >>



>> continuação da página anterior

sas no SNS, mas nunca o dotarem das verbas necessárias para fazer face aos compromissos que estavam a assumir como é que resolveram isso? Pagando aos médicos e aos enfermeiros abaixo do que ganhariam em qualquer sítio. Era evidente que esta situação não poderia demorar muitos anos porque entrámos na União Europeia, passou a haver livre circulação de pessoas e passaram a existir cada vez mais pessoas a falarem inglês. Com estas mudanças porque é que haveriam de ficar cá? Agora ficamos muito admirados porque os médicos acabam o curso, que é muito exigente, recebem 1200 euros por mês e ao fim de não sei quantos anos aproximam-se dos dois mil euros quando na Galiza oferecem quatro mil euros mensais e na Irlanda oferecem 10 ou 11 mil euros. Essas pessoas individualmente até acham que o sistema devia estar organizado de outra forma, mas o país coletivamente não se predispõe a mudanças, as pessoas não querem. Isso é uma responsabilidade das elites, que deviam explicar-lhes isso – e quando digo que

é uma responsabilidade de elites não é só uma responsabilidade dos governantes, é também uma responsabilidade empresarial e se calhar dos sindicatos. Não sei se o presidente ou secretário-geral do sindicato dos professores gosta muito do papel que está a desempenhar, mas a única matéria relevante para os professores é discutir se são dois anos, nove meses e não sei quantos dias quando temos um sistema de ensino que ao nível dos resultados é muito fraco. Toda a gente acha que é natural que Mário Nogueira continue só a falar de uma parte do problema? E o problema da qualidade de ensino não interessa nada? E termos cada vez menos jovens porque nascem menos e a população dos professores não diminui? E agora vamos outra vez diminuir o número de alunos por aulas quando se sabe que é a forma mais cara de melhor a qualidade de ensino? Há muitas outras medidas que poderiam ser tomadas, mas os sindicatos não querem e são estes que mandam no ministério da Educação. Que tipo de medidas? Por exemplo, mudar a avaliação dos currículos, mas todas as alterações deve-

riam ser feitas de uma forma objetiva. Não se pode passar a vida a mudar os programas, nem se pode implementar alterações antes sem as terem antes aplicado num número restrito de escolas e de terem algumas garantias que isso dá resultado. Isso está tudo descoberto. Se for à Finlândia, ao Canadá ou a Singapura, que são provavelmente os três países com os melhores sistemas de ensi-

“Os partidos de esquerda garantiram estabilidade enquanto lhes interessou, agora querem mostrar a sua força”

“É possível os professores repetirem greves pelos mesmos temas sem ninguém querer saber a fundamentação?”

no do mundo, têm todas essas coisas todas estudadas e pagam muitíssimo bem aos professores, mas são avaliados. Não há ninguém em Portugal que tenha autoridade para exigir que as coisas sejam feitas de outra maneira? Não pode ser. É possível repetirem greves continuamente pelos mesmos temas sem ninguém querer saber qual é a fundamentação? Não há ninguém do lado do governo que explique quais são as vantagens que os professores têm em Portugal quando comparados com outros países? O ministério quer ter boas relações com o sindicato ou devia ser o sindicato a querer ter boas relações com o ministério? Isto é tudo um conjunto de decisões erradas e de gente muito pouco competente com decisões ministeriais. Continuamos a ter vagas por preencher na engenharia sendo das especializações que tem mais empregabilidade. Se temos um povo, graças a Deus que, em média é inteligente, então porque é que aceitamos que todos devam fugir das matemáticas? É uma questão cultural... Mas só se criam questões culturais parvas. Então tem de reconhecer que há

O economista não se mostra surpreso com os resultados da auditoria feita à Caixa Geral de Depósitos e diz que grande parte da catástrofe financeira deriva de um plano José Sócrates e Vítor Constâncio para financiar a ambição que tinham que era de controlar o BCP. Ainda assim, mostra-se surpreso com a tentativa que tem sido feita de branquear esse período, garantindo que isso teve custos para o país

por sua responsabilidade, aliás, por responsabilidade do Banco de Portugal. Foi definido um teto de injeção de capital mas de certeza chegará lá. Em relação à Caixa Geral de Depósitos ficou surpreso com os resultados da auditoria? Não. Fico surpreso por se querer limitar a análise do banco a esse período. É evidente que quem olha para aquilo percebe que uma grande parte da catástrofe financeira deriva de um plano entre o antigo primeiro-ministro, José Sócrates e o antigo governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, que meteram na cabeça que podiam pôr a Caixa Geral de Depósitos a financiar uma ambição que eles tinham que era tomar conta do BCP e uma grande parte dos problemas vem daí. Que consequências é que podemos tirar disso?

As minhas já as tinha tirado. Assistimos durante o período de Sócrates a coisas completamente impensáveis, como assistimos depois, o que é mais extraordinário, a uma tentativa de branqueamento desse período. Aqueles anos finais foram uma coisa inacreditável e ninguém imagina o custo que isso teve para o país a quebra de crescimento que tivemos por causa do ajustamento que fomos obrigados a fazer pela situação em que nos pusemos. Estou à vontade para dizer isso porque lembro-me de ter dado uma entrevista, muito antes da crise financeira, em que disse que íamos estar falidos num prazo de 10 anos.

Nem chegou aos 10 anos...

Pois não, porque a crise financeira antecipou isso. Mas o que é extraordinário é que passados estes anos temos uma situação em que ninguém foi tentar ver quais foram os grandes responsáveis e principalmente que tipo de atuações é que deveriam ter sido evitadas.

A culpa morre solteira?

Mas isso acontece porque é facilitado por toda a gente, nomeadamente pela comunicação social.

E a trolha fica como bode expiatório?

Exatamente, porque a esquerda controla a comunicação social. Os jornalistas são quase todos do Bloco de Esquerda.

Acha que seria necessária a entrada novamente da trolha em Portugal?

O que seria uma perspectiva assustadora é que nos deixassem sozinhos num período de dificuldade. O que vou

dizer se calhar é desagradável, mas estas histórias todas que falamos são conhecidas nos círculos europeus e não nos deixam ficar muito bem na fotografia, como é evidente. Eles acham que resistimos o mais que podíamos a fazer as ditas mudanças e toda a gente a todos níveis tornou o ajustamento tão difícil quanto pode. Dizem que nos portámos muito bem, somos os tais bons alunos, e é isso que se usa em diplomacia, mas lembro-me desse período em que praticamente todas as semanas havia um editorial de um jornal a dizer mal da senhora Merkel que meteu cá não sei quantas dezenas de milhões de euros, sabendo que os eleitores dela não concordavam. Aquilo foi uma atitude corajosa e mal paga. Acho que hoje em dia não há essa mesma abertura para fazer resgates. A própria União Europeia está fragmentada...

E acham que já tivemos essa oportunidade. Por exemplo, em relação aos fundos comunitários também acham que não os temos utilizado da melhor forma possível e, por isso, há uma grande resistência em aumentar os fundos. Para a próxima semana, o Fórum para a Competitividade vai organizar um seminário sobre o projeto Porter. O que se pode esperar?

O que tentámos fazer foi analisar o que foi proposto pelo projeto Porter e o que foi feito. Apesar de tudo surgiram alguns resultados em alguns clusters propostos por ele e até em setores em que se calhar ninguém estava à espera que o professor Porter tivesse tanta razão. Se ele viesse hoje de certeza que iria propor coisas diferentes e acho que a

mais importante seria o problema da digitalização da economia. O estudo da McKinsey que foi feito para a CIP fala na possibilidade de Portugal perder pela digitalização 1,1 milhões de empregos e de criar alguns em atividades novas. Uma das coisas que tem de ter uma prioridade nacional é melhorar fortemente as competências das pessoas nessa área, onde o nosso ensino ainda está muito atrasado. Isso vai ser de grande importância como pode imaginar, termos um milhão de postos de trabalho obsoletos.

Vai ser preciso criar novas visões...

Exatamente. Isso seria um dos objetivos e é uma das conclusões que pretendemos avançar. Em termos médios, metade das tarefas repetitivas que as pessoas fazem hoje em dia podem ser substituídas por máquinas e ninguém tem dúvidas em relação a esse respeito. Mas implica saber quantos é que vamos conseguir pôr a fazer coisas mais interessantes e deixar as máquinas fazer os trabalhos rotineiros ou se vamos querer manter as pessoas a fazer coisas que já podem ser feitas pelas máquinas.

E o que é que acontece às pessoas que não estão viradas para essa parte tecnológica?

O que é que acontece? Viram-se para a parte tecnológica.

Mas não podemos pensar que todos têm essas aptidões...

Acha que é possível ter grandes aptidões para fazer um check in eletrónico ou outras coisas nesse género? Há muitas pessoas com poucas habilitações que usam o smartphone lindamente. De facto o Steve Jobs foi espantoso na forma como conseguiu conceber uma coisa que quase qualquer pessoa consegue usar. Não é preciso ser licenciado em coisa nenhuma para usar um smartphone. As pessoas são naturalmente adversas à mudança e tem de haver algum esforço nesse sentido, mas de facto quando são obrigados a desenvolver novas competências conseguem. Se a nossa atitude for de compreensão perante as pessoas que não querem a mudança então voltamos à Idade Média. Ninguém espera por nós, os outros países estão-se a mover, querem todos viver melhor, querem aprender novas coisas, querem ser nossos concorrentes e nós achamos que podemos ficar sentados a ver? Não podemos, mesmo que seja incómodo, o mundo atual é assim.

“É evidente que o Banco de Portugal não saiu bem na divisão entre o banco bom e o banco mau”

“Metade das tarefas repetitivas que as pessoas fazem hoje podem ser substituídas por máquinas”

essa dificuldade e deve-se tentar resolver. O ministro anterior ainda tentou mudar o ensino de matemática, mas não pararam enquanto não quiseram andar com isso para trás, apesar de ter dados bons resultados.

E como vê a questão do Novo Banco precisar de nova injeção de capital de mais de 1100 milhões de euros?

É mais uma trapalhada. Em primeiro lugar é evidente que o Banco de Portugal não sai bem na divisão do banco bom e do banco mau e depois sai bastante mal ao nível da forma como vendeu o banco. O Banco de Portugal não foi com certeza mal intencionado, mas foi incompetente porque disse que vendia, mas que não pagava nada do passado. Nessa altura, a maior parte dos concorrentes desapareceram, ficou um e depois a este um já disse que pagava o passado. A partir do momento em que decidiu que era para pagar o passado então deveria ter chamado os outros novamente. Não sou contra nem a favor de nenhum dos concorrentes, mas sou contra o facto de não haver concorrentes. É evidente que o Estado foi pior tratado por causa disso e

NEGÓCIOS INICIATIVAS Exportadoras Outstanding

PEDRO FERRAZ DA COSTA, PRESIDENTE DO FÓRUM DA COMPETITIVIDADE

“Esta legislatura foi tempo perdido para as empresas”

Pedro Ferraz da Costa sublinha que, desde há alguns anos, que em Portugal se investe menos do que a amortização da capacidade instalada. O crédito às empresas está 30% abaixo de 2008 e o investimento público tem estado muito parado.

FILIPE S. FERNANDES

Pedro Ferraz da Costa, presidente do Fórum da Competitividade, entidade que lidera o projeto Exportadoras Outstanding, que visa promover o aumento das exportações, defende que a AICEP deveria ter mais orçamento para apoiar as empresas. Até porque, para “as organizações, que nos ministérios da Economia e do Ambiente têm de fazer licenciamentos, há sempre dinheiro”.

Considera que “a qualidade da informação económica é fundamental numa economia que para crescer tem de exportar e nenhuma organização privada consegue ter informação de todos os países e setores. Ganha em ser fornecida de uma forma centralizada”. Deu o exemplo da Dinamarca, que apoia empresas de dimensão pequena e média, e de regiões, “como a Flandres, que têm um sistema de apoio à exportação que faz dessa região uma das mais bem sucedidas da União Europeia”, referiu Pedro Ferraz da Costa.

Que balanço faz desta primeira fase do projeto Exportadoras Outstanding?

Faço parte de uma equipa que gostava de fomentar um trabalho das empresas, com consultores e es-

colas de gestão, no sentido de ter resultados. Só podemos dizer que correu bem se, dentro de três anos, tivermos um número significativo de empresas que tenham crescido bastante em termos de dimensão.

Pareceu-nos que o nosso problema em Portugal é termos boas empresas, com bons produtos, com sucesso num número limitado de mercados porque não têm dimensão para mais, mas que poderiam ser muito maiores do que são. Depois temos algumas de dimensão maior que têm sucesso reconhecido, dimensão e capacidade de investimento, inovação e internacionalização para realizar a maior parte das suas atividades.

Há um dado objetivo que é o facto de haver muito poucas

empresas médias, o que é também um problema em Espanha, e há várias causas. Mas como é que se pode incentivar o crescimento de empresas médias?

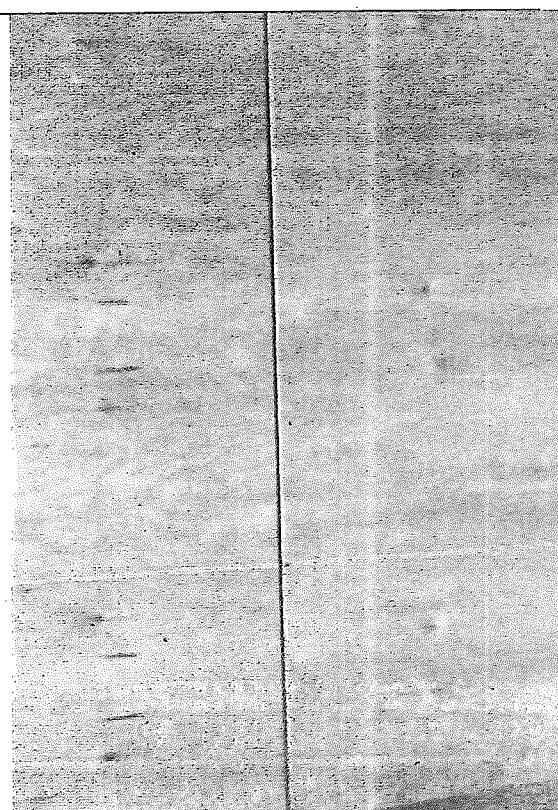
Há um sistema muito fácil e garantido que é baixar muito o IRC. Não é suficiente, mas tem muito impacto para arrancar, porque se as empresas reinvestirem em vez de o entregarem em tão grande percentagem às Finanças, é evidente que isso multiplica a capacidade de investimento. Para as empresas que estão a querer ganhar dimensão é fundamental.

Temos em Portugal um problema que, como é técnico, pode não ser totalmente compreendido pelas pessoas. Tem havido um afastamento progressivo entre o lucro tributável e a base de incidência do imposto. Há aspetos que não são lucro mas que também pagam IRC, o caso mais conhecido é o dos automóveis.

Desde há uns anos a esta parte, isto tem-se transformado, sem qualquer abrandamento, num inferno regulamentar. Uma vez ouvi, com surpresa, o ex-ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, dizer que em Portugal tínhamos robustecido muito os travões e que não tínhamos aceleradores.

O que é que se podia fazer em termos de políticas públicas?

Medina Carreira, que era vice-presidente do Fórum para a Competitividade, de quem temos saudades pela sua objetividade, e era muito direto a dizer as coisas, afirmava



Pedro Ferraz da Costa lidera o Fórum da Competitividade.

que nunca se deve dizer que duas ou três coisas são essenciais. Devenos tentar compreender quais são as medidas corretas para resolver um problema e utilizá-las todas ao mesmo tempo, porque se potenciam umas às outras.

Acho que tudo o que seja encurtar os prazos de decisão, multiplica a capacidade de sucesso das empresas. Tivemos uma experiência que

foi má e boa, que foram os PIN. Foi uma experiência muito negativa porque significou que o Governo da altura achou que não conseguia reduzir os prazos e, por isso, arranjou uma porta um pouco mais larga, o que reduziu a pressão para resolver o problema de base. Mas foi bom porque mostrou que, se a burocracia não fosse tão má, as pessoas não estariam tão interessadas em ter

Passos Coelho abre debate sobre políticas públicas de internacionalização

O segundo workshop do projeto Exportadoras Outstanding vai realizar-se no dia 3 de julho, no auditório da NERLEI, a Associação Empresarial da Região de Leiria. Dedicado ao tema “As eleições europeias. As políticas públicas de crescimento, desenvolvimento e inovação empresarial”, vai contar com Pedro Passos Coelho, ex-primeiro-ministro, que fará uma intervenção sobre as eleições europeias e as consequências para as empresas.

Na segunda parte, subordinada ao tema das políticas e a internacionalização vai contar com António Poças, presidente da NERLEI, Vítor Brito, do Conselho Consultivo do Fórum para a Competitividade, Luís Castro e Almeida, administrador-delegado do BBVA Portugal, Pedro Ferraz da Costa, presidente do Fórum para a Competitividade, Jorge Pinto, CEO da Caetano Bus, Luís Ferreira, administrador da Allianz, Miguel Matos, diretor-geral da Tabaqueira, Gabriel Oliveira, administrador executivo dos Transportes Pascoal e Rui Brogueira, CEO da Respol.

Miguel Baltazar



Outros temas da conversa

FUNCIONÁRIOS E EMPREGADOS

A estratégia política tem sido cativar o mais possível no investimento e nas despesas de funcionamento de determinadas áreas e privilegiar o "mercado eleitoral gigantesco que são os funcionários públicos", diz Pedro Ferraz da Costa. Mas esta situação pode criar uma grande insatisfação no setor privado, "onde temos um grave problema no modelo de fixação de salários. Porque uma economia é socialmente mais saudável e mais virada para o progresso e para a mudança se as pessoas se sentirem melhor com a sua remuneração, e acho que atualmente não se sentem".

EDUCAÇÃO NÃO É PRIORIDADE

"Portugal não dá importância à educação porque uma das razões para não se implantar o sistema dual, praticado pelas empresas alemãs em Portugal com sucesso, é porque é um modelo caro", diz Pedro Ferraz da Costa. Refere ainda que "Portugal forma menos nas áreas das ciências e tecnologias do que devia, e muitos deles emigram por questões de carreira". Uma das razões é que é difícil "diferenciar-los salarialmente porque em muitas das empresas admitir gente nova, com determinadas aptidões, a ganhar mais de que os que já estão, mesmo com menos aptidões, garante, por experiência própria, que não é fácil", sublinha Pedro Ferraz da Costa.

DEMOGRAFIA

"Uma das razões para a Espanha estar a crescer mais do que Portugal é que teve crescimento da população", explica Pedro Ferraz da Costa. A falta de mão-de-obra faz com que haja uma cadeia de grande distribuição "que já tem um programa para ir buscar pessoas ao Paquistão, ensinar-lhes português, dar-lhes formação, e preparar o acolhimento para trabalharem em Portugal".

esse tratamento de exceção.

O que se passa ao nível dos licenciamentos, ligados com a construção turística, é incompreensível num país que quer mais investimento, aumentar a sua oferta e que já tem uma boa parte da população ativa dependente do sucesso desse setor.

Os diversos responsáveis não querem resolver, e não é por falta de recursos. O PS hoje, mais do que no

passado, e o BE e o PCP, tanto hoje como no passado, não estão interessados no desenvolvimento de empresas privadas. É evidente que os problemas só se resolvem quando se querem resolver. E não tenho dúvidas que António Costa, primeiro-ministro, percebe isto, e se não faz é porque o não deixam fazer no quadro da geringonça.

Nestes quatro anos houve crescimento económico, mas foram quatro anos perdidos para as empresas?

Foram sim. Estas coisas têm uma grande inércia. Não se cria capacidade, há capacidade para utilizar, portanto tudo melhora. Há anos que em Portugal se investe menos do que a amortização da capacidade instalada. A certa altura, a máquina já não dá mais, era necessário entrar em áreas novas, ganhar dimensão, multiplicar casos de sucesso por outros países e mercados. O crédito às empresas está 30% abaixo do crédito concedido em 2008, e o investimento público, que em alguns aspetos pode ajudar a produtividade do setor privado, também tem estado muito parado.

O que se passa ao nível dos licenciamentos, ligados com a construção turística, é incompreensível num país que quer mais investimento e aumentar a oferta.

A estratégia política tem sido privilegiar o mercado eleitoral gigantesco que são os funcionários públicos.

Portugal forma menos nas áreas das ciências e tecnologias do que devia, e muitos deles emigram por questões de carreira.

O projeto Exportadoras Outstanding

Exportadoras Outstanding é um projeto do Fórum para a Competitividade para contribuir para o crescimento das exportações na economia portuguesa. O principal objetivo é potenciar esse crescimento através da conjugação de sinergias entre empresas exportadoras e vários parceiros de áreas chave para o sucesso da atividade de exportação, como a consultoria, aconselhamento estratégico, jurídico, fiscal e de captação de investimento, a formação e o apoio ao risco de crédito à exportação. São os parceiros e patrocinadores do projeto, especializados no apoio internacional à exportação. No espírito do projeto está o desenvolvimento das competências e do potencial das empresas exportadoras através da cooperação e partilha de estratégias para melhorar a sua competitividade. Este projeto surge após uma análise do setor empresarial português, que comprova que existem muitas empresas exportadoras com elevado potencial de crescimento.

Duelo

Proposta do Governo parece não ter espantado os patrões. Mas o seu impacto sobre as empresas divide os especialistas

João
Cerejeira

Economista e professor
da Universidade do Minho



Pedro Ferraz
da Costa

Economista e presidente do
Fórum para a Competitividade

A ECONOMIA PORTUGUESA AGUENTA UM SALÁRIO MÍNIMO DE 750 EUROS?

SIM Portugal é um país de salários baixos. Este é um facto consensual para a generalidade dos agentes económicos ou políticos. O Salário Mínimo Nacional (SMN) em Portugal, medido em paridades de poder de compra está, por exemplo, 20% abaixo do salário mínimo de Espanha, havendo já alguns países do Leste Europeu, como a Polónia ou a Eslovénia, com valores acima do português. Em Portugal, uma família composta por duas crianças e dois adultos que auferam o salário mínimo dificilmente escapará a uma situação de pobreza. Num país mais justo, não deveria ser pobre quem vive do seu trabalho. Assim, o objetivo para 2023 de um salário mínimo de €750 é um objetivo ambicioso e com um impacto significativo na qualidade de vida dos trabalhadores de baixos salários.

Porém, não é intelectualmente honesto pensar que a subida do salário mínimo se faça sem custos. Ou, por outras palavras, é necessário perceber quem vai suportar o custo de uma subida real do salário mínimo estimada em cerca de 16%, repartida por quatro anos, caso o crescimento da produtividade não acompanhe esta subida.

Em primeiro lugar, é de esperar um impacto negativo, reduzido é certo, no emprego em atividades de menor valor acrescentado. Este impacto no emprego irá depender da capacidade das empresas em refletirem nos preços o acréscimo nos custos laborais. Quanto mais o puderem fazer, mais os custos da subida do SMN serão suportados pelos consumidores, e menos pelas empresas e, por consequência, menor será o impacto no volume de emprego. Em segundo lugar, no caso de atividades com pouca capacidade de influenciarem os preços, seja por razões de concorrência internacional — como no caso de algumas indústrias exportadoras em sectores trabalho-intensivos —, seja por razões de fixação de preços pelo Estado — como o caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social —, é razoável esperar algum impacto negativo no emprego.

Há quem beneficie com a subida do SMN: o Estado, que vê aumentar a receita fiscal e as contribuições para a Segurança Social; as empresas de bens de consumo para o mercado interno; e as empresas mais produtivas e que pagam salários mais altos, que terão menor concorrência por parte de empresas menos eficientes.

O objetivo de um salário mínimo de €750 vai na direção certa, mas importa ser realista e ter a capacidade de avaliar os seus impactos, de forma a atuar com medidas que minimizem os riscos em termos de emprego.

“Uma família com duas crianças e dois adultos que auferam o SMN dificilmente escapará à pobreza”

“A evolução dos salários deve acompanhar, e não preceder, a evolução da produtividade”

NÃO Há vários aspetos a considerar: 1. Os salários, ao fazerem parte da função de produção das empresas, devem, pela sua subida progressiva, estimular o aumento da produtividade pela gestão da empresa, mas não devem impedir a existência de margens que permitam investimentos de modernização contínua ou levar ao desaparecimento de parte importante das atuais produções, por deixarem de ser sustentáveis. Uma coisa é destruição criativa que leva a novas atividades, o que é positivo. Outra, muito má, é uma perda muito elevada de postos de trabalho, deixando no desemprego trabalhadores menos qualificados, que engrossarão o número de desempregados de longa duração com subsídios inferiores aos salários que auferiam antes dos aumentos excessivos de salário, dado o seu baixo nível de qualificação. Quase 50% dos trabalhadores têm apenas o ensino básico.

2. Para evitar que uma fixação política dos salários influencie negativamente a política salarial de toda a empresa, é prudente que o salário mínimo não se aproxime demasiado do salário médio, pois que isso retira estímulo à formação e valorização individuais. Ora, no nosso caso já somos o país europeu em que isso mais acontece.

3. A evolução dos salários deve acompanhar, e não preceder, a evolução da produtividade total dos fatores. Os nossos baixos salários são o espelho da nossa baixa produtividade, e é com esta que nos devíamos de facto preocupar, o que não acontece.

4. A nível macroeconómico global, uma distribuição de rendimentos que exceda a produção traduz-se em desequilíbrio externo, causa principal da nossa recente bancarrota. Este desequilíbrio manifesta-se através da importação de bens de consumo, pois que é para aí que se canaliza o aumento de rendimento. Em 2019 já teremos uma balança negativa!

5. Um programa de reformas visando um aumento da nossa competitividade levaria a um aumento generalizado dos salários, e não só do mínimo.

6. O salário mínimo nacional, ao passar de €600 para €750, faz com que o trabalhador veja o seu ordenado líquido subir de €534 para €605, mais €71. Os custos para a empresa, que incluem a TSU, passam de €742,50 para €928,13, mais €185,63. Parece que falta qualquer coisa? A TSU mais o IRS subiram de €208,50 para €322,88. O Estado fica com mais €114,38 e é afinal o grande beneficiário desta medida. Tem, assim, mais dinheiro na Segurança Social para distribuir conforme mais convier ao Governo. Em resumo, há melhores maneiras de melhorar as condições de vida de quem trabalha

SEGUNDA-FEIRA 18 NOV 2019

negócios

OPINIÃO

CONVIDADO



PEDRO FERRAZ DA COSTA
Presidente do Conselho
Directivo do Fórum para a
Competitividade

O Orçamento do Estado 2020 – Enquadramento político e económico

1. Neste momento é possível, pela análise do esboço do orçamento já publicado e pela análise do Programa do Governo, antecipar as principais opções da política orçamental.

Teremos um orçamento do Partido Socialista com as medidas necessárias à sua aprovação pela esquerda parlamentar, num enquadramento de despesas públicas cada vez mais rígidas.

Uma previsão de crescimento de 2,0%, valor mais optimista do que o das organizações internacionais, a continuação da baixa taxa de desemprego, embora esta tenha subido no último trimestre e um crescimento de produtividade de 1,2%.

O crescimento das receitas fiscais assegurará a descida do deficit para 0. Mas o crescimento continuado das despesas públicas fica evidenciado na deterioração do saldo estrutural.

2. É necessário reconhecer que a parte da classe empresarial que achava que o Partido Socialista libertado dos seus parceiros da geringonça teria uma política diferente deverá ter-se enganado.

É hoje quase consensual que Portugal tem um crescimento insuficiente.

Insuficiente para poder encarar com alguma tranquilidade uma possível deterioração da economia internacional, as condições de financiamento da economia portuguesa, níveis adequados de investimento, um crescimento sustentado dos salários à classe média.

Insuficiente para criar um ambiente de dinamismo necessário a ultrapassar com vantagem os desafios, nomeadamente o da digitalização.

3. Será possível fazer diferente? É realista propor outras medidas? Acho que não só é possível e realista como é indispensável.

Não será possível ter uma política orçamental radicalmente diferente, nem fazer mudanças num quadro anual, mas há mudanças que numa legislatura são



Marilene Alves

possíveis e também indispensáveis.

A primeira tem a ver com a qualidade da despesa. É sabido que a qualidade é baixa e não é avaliada regularmente.

Anova Lei da Execução Orçamental (LEO) vem sendo adiada há dois anos. Evidenciar compromissos plurianuais, comparar o orçamentado com o realizado e, sobretudo, a qualidade dos resultados para as verbas orçamentadas e realizadas são um passo necessário à melhoria da actividade do Estado.

Especial destaque mereciam, na óptica do trabalho e das empresas, as contas da Segurança Social, que são geridas confundindo Segurança Social da população activa com política assistencial ou até eleitoral.

É possível fazer melhor com o actual nível de despesa pública e aumentar o esforço nalgumas áreas deve ser possível reduzindo-o noutras.

A segunda mudança tem a ver com o realismo das propostas políticas.

Ler os programas eleitorais dos partidos, e não só do PS, mostra-nos uma imagem muito irrealista do que é possível fazer e cria falsas expectativas.

O Orçamento do Estado sustenta dificilmente o SNS actual, muito menos o do futuro.

É parte significativa da despesa

pública e sujeita a grande pressão.

A política energética é área muito importante para a actividade económica e já dissuasora de investimento. É pelo menos surpreendente ouvir inúmeras medidas de transição energética, parando activos produtivos sem uma palavra sobre o que acontecerá às tarifas.

Na área da educação, outro ponto orçamental de peso, continuamos a ter uma percentagem assustadora de activos só com ensino básico - 50% do total. Não foi possível articular esforços, para um problema conhecido há décadas, com o Instituto de Emprego e Formação Profissional que vive da sua parcela da TSU, em aumento constante nos últimos anos, sem escrutínio.

É indispensável dar prioridade à empregabilidade e adequar a formação às necessidades do futuro, em que grande parte dos empregos serão tão novos que ainda não existem hoje.

4. Já do lado das receitas é previsível a continuação do aumento dos impostos.

Será indispensável aumentar a capitalização das empresas e os passos que têm sido dados no sentido da dedução dos lucros retidos e reinvestidos é manifestamente insuficiente por uma aplicação que ao limitar o montante absoluto das deduções só beneficia as

empresas de menor dimensão.

A procura incessante de receitas fiscais e a pouca vontade de aumentar o número de empresas de maior dimensão resulta num tecido empresarial insuficientemente dimensionado para crescer nas exportações e entrar em segmentos e sectores tecnologicamente mais evoluídos.

A progressividade do IRC limita fortemente o indispensável crescimento da produtividade e a capacidade de pagar salários mais elevados.

Se a esta limitação adicionarmos a progressividade do IRS desde níveis baixíssimos e os descontos de Segurança Social, encontramos a principal dificuldade de retenção de quadros mais qualificados.

É incompreensível que para um mesmo encargo salarial em Portugal que o salário líquido recebido pelo trabalhador é mais baixo.

Estes três aspectos são centrais na obtenção de taxas de crescimento mais elevadas e só a sua redução permitirá aumentar a poupança e o investimento.

É se não for possível alterá-los caminhamos para o empobrecimento.

5. Existem, no entanto, políticas públicas que são poderosos instrumentos de progresso e que exigem poucos recursos.

Refiro-me, em particular, à qualidade das instituições em que salientaria o sistema legal e direitos de propriedade e a regulação dos mercados, bem como a eficiência governativa e o controlo da corrupção, áreas em que estamos mal e onde há portanto mais ganhos potenciais com estas reformas.

6. O que estas mudanças exigem é uma visão de longo prazo, um espírito reformista e a vontade colectiva de crescer.

Deve ser esta a missão do Governo.

Artigo em conformidade com o antigo Acordo Ortográfico

O que estas mudanças exigem é uma visão de longo prazo, um espírito reformista e a vontade colectiva de crescer.

SAÍDAS ASSOCIADOS

2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Empresa	Empresa	Empresa	Empresa	Empresa	Empresa	Empresa
Valor Quota	Valor Quota	Valor Quota	Valor Quota	Valor Quota	Valor Quota	Valor Quota
AECOPS	Novabase	Visabeira	Galpenergia	Orey Antunes	Vallis Capital	Fidelidade
SEFICIL	2.500,00	1.250,00	500,00	Paywell	5.938,00	Liberty Seguros
Carlos Aguiar, Ferreira de Lima & Ass.	2.500,00	Porto Editora	500,00	Eugénio dos Santos	625,00	312,00
Banco BEST	250,00	Universidade Lusófona	250,00	GSI	1.562,00	Embraer
Biotechol	250,00	Henrique Granadeiro	60,00	250,00	8.750,00	1.562,00
PLMJ	250,00	BES	5.000,00	Haitong Bank	250,00	75,00
TOTAL	4.000,00	TOTAL	6.310,00	TOTAL	2.310,00	6.011,00

ENTRADAS ASSOCIADOS

2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Empresa	Empresa	Empresa	Empresa	Empresa	Empresa	Empresa
Valor Quota	Valor Quota	Valor Quota	Valor Quota	Valor Quota	Valor Quota	Valor Quota
Liberty Seguros (a)	CSP (a)	Dunas Capital (a)	Altis Hotels (a)	Univ Lusófona (a)	António C. Fernandes (a)	CTP (c)
GSI Portugal (a)	Portucel (c)	1.250,00	500,00	IST (c)	Daniel Bessa (a)	625,00
BES Investimento (c)	Explorer Investments (a)	250,00	500,00	Virtualteorema (c)	João Salgueiro	625,00
Deutsche Bank (a)	The Edge Group (a)	250,00	Fortunato O. Frederico (b)	1.000,00	Amílcar Theias (a)	0,00
Paulo Franzini (a)	1.250,00	José Manuel Fernandes	60,00	MSC Portugal (b)	Fujitsu	312,00
Jaime Anahory (a)	Pathena (a)	60,00	Gestmin (a)	250,00	ATP	625,00
Abílio do Rosário (c)	60,00	ELAD	(+) 250,00	Ass. Emp. Familiares (b)	BBVA (a)	3.125,00
Lorge Armindo Teixeira (c)	60,00	Embraer Portugal (a)	2.120,00	António Pedro Gomes (b)	TMG (c)	1.562,00
Teodoro Cardoso (c)	60,00	Orey Antunes	250,00	Nuno Cintra Torres (a)	Total Quotas	6.236,00
Joaquim Luiz Gomes (a)	60,00	Paywell (a)	250,00	Sérgio Meireles (a)	Total Jólías	225,00
Duarte Calheiros (a)	60,00	EFAPEL (a)	250,00	Total Quotas	TOTAL	6.461,00
Carlos Cid Álvares (a)	60,00	Vallis (a)	500,00	2.210,00		
Total Quotas	3.480,00	José Lamego (a)	60,00	5.450,00		
TOTAL	6.530,00	Tristão da Cunha	60,00			
		Pedro Rocha e Melo	60,00			
		Vasco Duarte Silva (a)	60,00			
		António Alfiante (a)	60,00			
		Eugénio dos Santos (a)	60,00			
		Total Quotas	6.110,00			
		Total Jólías	4.240,00			
		TOTAL	10.350,00			

(a) - Acresce igual valor, a título de jóia

(b) - Acresce jóia, com desconto de 50%

(c) - Isento do pagamento de jóia

(d) - Redução da categoria A para a categoria E